

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA RURAL**

NILSON MACHADO VIEIRA JÚNIOR

**ANÁLISE REGIONAL DO EMPREGO NOS ESTADOS
DO NORDESTE BRASILEIRO – 1995-2003.**

FORTALEZA – CEARÁ

2006

NILSON MACHADO VIEIRA JÚNIOR

**ANÁLISE REGIONAL DO EMPREGO NOS ESTADOS
DO NORDESTE BRASILEIRO – 1995-2003.**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Economia Rural, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia Rural.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Casimiro Filho

FORTALEZA – CE

2006

V715a Vieira Júnior, Nilson Machado

Análise Regional do Emprego nos Estados do Nordeste Brasileiro – 1995-2003 / Nilson Machado Vieira Júnior – Fortaleza, 2006.

87 f.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Casimiro Filho.

Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Economia Agrícola.

1. Políticas Públicas; 2. Emprego; 3. Setores Dinâmicos. I. Shift-Share.

CDD 320.6

NILSON MACHADO VIEIRA JÚNIOR

**ANÁLISE REGIONAL DO EMPREGO NOS ESTADOS DO NORDESTE
BRASILEIRO – 1995-2003**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Economia Rural, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia Rural.

Aprovada em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Casimiro Filho (Orientador)
Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof^a. Dr^a. Patrícia Verônica Pinheiro
Sales Lima
Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof. Dr. Espedito Cezário Martins – Empresa Brasileira
de Pesquisa Agropecuária
Centro Nacional de Pesquisa em Caprinos

Aos meus pais, Nilson Machado Vieira e Antonieta Rodrigues Vieira, pelo apoio, amor e o sentimento de justiça que sempre me transmitiram, sem os quais este trabalho não teria sido possível.

Aos meus irmãos, Silas e Gleicy pela dedicação e incentivo mostrados em todas as circunstâncias.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, que sempre me iluminou e guiou ao longo de todo este Curso. Sem a Sua ajuda não teria logrado êxito nessa empreitada.

Ao Departamento de Economia Agrícola (DEA) da Universidade Federal do Ceará, pela oportunidade da realização do Curso.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela concessão da bolsa de estudo, fundamental para a realização deste trabalho.

Ao professor Francisco Casimiro Filho, pela orientação, sugestões, dedicação e críticas no transcorrer deste trabalho.

À professora Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima, pelas críticas e sugestões com a finalidade de aprimorar esta dissertação.

Ao professor Espedito Cezário Martins, pela sua colaboração, considerações e disposição de ajudar sempre que solicitado.

Igualmente, gostaria de expressar meu agradecimento à professora Lúcia Maria Ramos Silva pela sugestão do tema desta dissertação e por sua orientação na fase inicial. A sua ajuda foi valiosa.

Outrossim, não posso externar em palavras o apoio, a amizade, os conselhos, a ajuda e a dedicação de Roseany Carvalho Araújo, amiga em todos os momentos. Certamente, o SENHOR a recompensará.

A todos que participaram direta e indiretamente na elaboração deste estudo.

RESUMO

A economia do Nordeste tem se diversificado ao longo dos últimos 30 anos. Vários estudos têm procurado analisar as transformações pelas quais passou a economia desta Região, visando apontar diagnósticos e/ou políticas de desenvolvimento para a mesma. De um relativo isolamento regional e letargia, o Nordeste tem apresentado um certo desenvolvimento de sua economia, principalmente em Estados como Bahia, Pernambuco e Ceará. Este estudo procurou identificar os setores dinâmicos da economia da Região, tendo como variável-base a mão-de-obra ocupada nos seus diversos setores e utilizando-se de medidas de análise de natureza regional e setorial juntamente com o método Estrutural-Diferencial, ou *shift-share*. A mão-de-obra ocupada considerada foi a de 10 anos ou mais de idade, a qual foi decomposta por setores de atividade. São classificadas como ocupadas no período de referência especificado (semana de referência ou período de referência de 365 dias ou de menos de 4 anos) as pessoas que tinham trabalho durante todo ou parte desse período. Os setores considerados no presente estudo foram o Agrícola; Indústria; Construção; Comércio e reparação; Administração pública, educação e saúde; Serviços domésticos e Outras atividades. Alguns desses setores mostraram-se dinâmicos e/ou apresentando vantagens locacionais específicas, o que sugere que tais setores podem responder positivamente a um processo maior de desenvolvimento, se adotadas políticas públicas nesse sentido.

Palavras-chave: Nordeste do Brasil; setores econômicos; shift-share; desenvolvimento; dinamismo econômico.

ABSTRACT

The economy of North-East Brazil has changed a lot in the last 30 years. Many studies have analysed the changes that have taken place in this Region, aiming to suggest some development policies for the Region. From a relative isolation and stagnation, North-East Brasil has showed a developing economy, specially in States such as Bahia, Pernambuco and Ceará. This research had as its goal to pinpoint the dynamic sectors of the Region. The basic variable used was the employed labor force throughout the economic sectors and some analysis measures of a sector and regional nature were also employed in this research, along with the shift-share method. The considered employed labor force was from 10 years old and up, and it was divided into economic sectors. The employed labor force considered was those people who were working all or a part of the range time (the week in reference or the reference period of 365 days or less than 4 years). The sectors analysed in this research were: the Agriculture; Industry; Building; Trade and repair; Public Administration, education and health; Household Services and Other activities. Some of these sectors turned up to be dynamic and/or showed specific location advantages, which may point to the fact that these sectors can respond positively to a bigger development process, if public policies are taken correctly.

Key words: North-East of Brazil; economic sectors; shift-share; development; economic dynamics.

LISTAS DE TABELAS

TABELA 1 –Estoque de empregos formais – Brasil, 1985-2002	19
TABELA 2 –Distribuição espacial do emprego formal – Brasil, RAIS 1985-2002	22
TABELA 3 –Estoque de emprego formal desagregado por setor de atividade econômica, 1985-2002.....	33
TABELA 4 –Estoque de emprego formal no setor industrial, 1985-2002.....	34
TABELA 5 –Estoque de emprego formal no setor de serviços, 1985-2002	35
TABELA 6 –Estoque de emprego formal no setor de agropecuária, 1985-2002.....	37
TABELA 7 –Mão-de-obra ocupada por setor e por Estado – 1995.....	51
TABELA 8 –Mão-de-obra ocupada por setor e por Estado – 2003	51
TABELA 9 –Participação relativa do setor no total da mão-de-obra ocupada por setor em % – 1995.....	52
TABELA 10–Participação relativa do setor no total da mão-de-obra ocupada por setor em % - 2003.....	53
TABELA 11–Participação relativa do setor no total da mão-de-obra ocupada por estado em % – 1995.....	56
TABELA 12 –Participação relativa do setor no total da mão-de-obra ocupada por estado em % – 2003.....	56
TABELA 13–Quociente locacional por setor e por estado analisado – 1995 e 2003	58
TABELA 14–Coeficiente de especialização por estado – 1995 e 2003.....	61
TABELA 15–Coeficiente de reestruturação por estado – 1995 e 2003	62
TABELA 16 –Variação teórica e variação líquida total por setor e por estado – 1995-2003..	63
TABELA 17–Variação Líquida Diferencial (VLD), por setor e por estado- 1995 e 2003.....	65
TABELA 18–Variação Líquida Estrutural (VLP), por setor e por estado – 1995 e 2003	67

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	O problema e sua importância	10
1.2	Objetivos.....	14
1.3	Estrutura do trabalho	15
2	A TRAJETÓRIA DO EMPREGO NO BRASIL	16
2.1	Considerações iniciais	16
2.2	A evolução do emprego formal no Brasil no período 1985 – 2003.....	18
2.3	A evolução do emprego formal por região segundo a RAIS 1985 – 2002.....	21
2.4	Os estados do Nordeste com relação ao emprego nacional.....	24
2.5	A evolução do emprego formal por setor (RAIS 1985 – 2002).....	30
2.6	A evolução do emprego formal por setor versus região (RAIS, 1985-2002)	33
3	METODOLOGIA.....	40
3.1	Aspectos conceituais	40
3.2	Métodos de Análise.....	41
3.2.1	Medidas de Localização e Especialização.....	41
3.2.2	O Método Estrutural-Diferencial.....	43
3.3	Fonte dos dados.....	47
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	50
4.1	A mão-de-obra ocupada no Nordeste: uma análise descritiva.....	50
4.2	Análise do comportamento da mão-de-obra – 1995 e 2003	57
4.3	Análise das fontes de crescimento da mão-de-obra ocupada	62
5	CONCLUSÕES.....	70
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72
	ANEXOS	77

1 INTRODUÇÃO

1.1 O problema e sua importância

A questão do emprego no mundo tem assumido nos últimos anos uma crescente importância. O crescimento econômico nos países industrializados nos anos 80, especialmente nos países europeus, vem gerando, comparativamente a todo o período pós-guerra, menos empregos. O elevado desemprego aberto — 27 milhões de indivíduos nos países da Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 1992, correspondente a 7,8% da população economicamente ativa (PEA) — o crescimento de ocupações temporárias e/ou empregos com vínculos contratuais instáveis, a expansão da terceirização e a redução das jornadas diárias de trabalho estão apontando que o sistema produtivo não vem demandando trabalho assalariado suficiente para fornecer empregos estáveis em período integral para todos, ou seja, indicam a expansão do desemprego estrutural (BOYER, 1988).

No Brasil, embora as taxas de desemprego aberto venham se mantendo em patamares relativamente baixos para os padrões internacionais, dois fatores têm colaborado para chamar a atenção dos economistas, e da sociedade como um todo, para esta área. Por um lado, houve, independentemente da metodologia de mensuração, uma acentuada tendência de elevação nestas taxas nas áreas metropolitanas durante o ano de 1995 e, notadamente, no início de 1996, isto após um período de queda no período imediatamente posterior à implementação do Plano Real. Por outro, a capacidade de absorção de mão-de-obra no setor industrial, historicamente um grande empregador, diminuiu consideravelmente — havendo, inclusive, redução no número de postos de trabalho — em função do processo de abertura comercial que foi a tônica da política econômica dos anos 90, e que privilegiou ajustes que gerassem ganhos de produtividade para aumentar sua competitividade no cenário internacional. (RAMOS; REIS, 1997).

Dentre os diversos segmentos da economia, a indústria foi o setor mais atingido pelo desemprego e pela redução do nível de emprego. A diminuição, ou mesmo retração, da capacidade de geração de emprego por parte do segmento industrial, além de seu impacto direto

no nível de emprego, tem suscitado preocupação adicional na medida em que este setor tem sido tradicionalmente o maior responsável pela oferta de postos de trabalho de qualidade, pelo menos enquanto entendida por maiores níveis de remuneração, acesso à proteção trabalhista e oportunidades de treinamento e desenvolvimento do trabalhador. Ou seja, a preocupação recente com a questão do emprego, embora centrada no aspecto quantitativo, tem passado também pela dimensão qualitativa.

O mercado de trabalho brasileiro tem se caracterizado, em período recente, pela manutenção de taxas de desemprego relativamente baixas. A taxa média de desemprego nas seis regiões metropolitanas cobertas pela PME (Pesquisa Mensal de Emprego - São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador) oscilou entre pouco mais de 3%, no início da década, e cerca de 6,5%, no segundo trimestre de 1992 e primeiro trimestre de 1996 (tendo declinado cerca de 1% desde então). A pequena amplitude destas variações é digna de nota, haja vista terem ocorrido em meio a diversas, e por vezes drásticas, mudanças no cenário macroeconômico. Esta relativa estabilidade tem muitas vezes sido interpretada como evidência de uma grande flexibilidade do mercado de trabalho brasileiro. Independentemente desta “flexibilidade” constituir um fator positivo, conotação esta que lhe é muitas vezes emprestada, o fato é que ao longo de 1995 e início de 1996 houve um aumento palpável na taxa de desemprego da ordem de três pontos percentuais, o que suscitou um intenso debate a respeito das tendências do comportamento do mercado de trabalho, diante daquilo que poderia ser considerado o início de uma “crise” na capacidade deste de absorver a oferta de mão-de-obra em meio à nova ordem econômica vigente. (RAMOS; REIS, 1997).

Estas mudanças começaram já no início com a implementação do processo de abertura da economia, o que ensejou práticas de enxugamento da estrutura produtiva, mormente na indústria de transformação, com vistas a dotar de competitividade os produtos brasileiros. No ano de 1994 foi implementado o Plano Real, que teve sucesso em reduzir e manter sob controle o processo inflacionário que vinha afligindo a economia nacional desde o final da década de 1970. A redução das taxas de inflação, bem-vinda por uma série de razões, influenciou o funcionamento do mercado de trabalho de forma marcante na medida em que reduziu sobremaneira a capacidade de este se ajustar através de variações no valor real dos salários. (RAMOS; BRITO, 2003).

Ainda segundo os referidos autores, o Plano Real teve como uma de suas linhas mestras a chamada “âncora cambial”, que acabou gerando uma supervalorização da moeda, o que implicou ajustes ainda mais profundos em termos de aumento de produtividade e, por conseguinte, afetou intensamente o desempenho do mercado de trabalho. A outra alteração importante na política econômica foi justamente a mudança do regime cambial, que no início de 1999 passou a ser flutuante. Além da comoção gerada pela mudança em si, a elevada volatilidade do câmbio observada desde a adoção do novo regime tem contribuído para aumentar o grau de incerteza, o que muitas vezes influencia o processo de tomada de decisões de investimento e acaba por repercutir no mercado de trabalho.

Mais que isso, paralelamente a essas mudanças significativas na política econômica, houve uma série de crises financeiras em diferentes países em desenvolvimento que afetaram o fluxo de capitais, juntamente com momentos distintos no que tange ao crescimento econômico nos países industrializados, que afetaram o nível de atividade econômica. Enfim, a combinação dessas diferentes realidades econômicas repercutiu no funcionamento do mercado de trabalho, que apresentou comportamentos bastante distintos no que diz respeito a seus grandes agregados ao longo dos últimos anos.

Deve-se mencionar que a geração de emprego tem-se constituído em um dos sérios desafios para o Nordeste do Brasil, região caracterizada, até então, como área-problema em razão, principalmente, de suas condições climáticas. Além disso, a região apresenta um dos mais altos graus de concentração de renda e o seu nível de vida ainda é considerado como um dos mais baixos do país. Os períodos de estiagens prolongadas são freqüentes e este fato tem contribuído para a desaceleração do ritmo de expansão econômica, o que tem provocado, como consequência, uma queda no nível de emprego, sobretudo para o trabalhador rural da região.

Historicamente, a Região tem apresentado diversos problemas, em particular no setor rural enquanto que o diagnóstico sobre as causas do subdesenvolvimento da região vem evoluindo ao longo do tempo. Conforme Veras e Silva (2003 apud MARTINS, 2004), existem dois macro-problemas no Nordeste, a saber, as crises cíclicas da agroindústria sucro-alcooleira e as secas e enchentes periódicas. Por outro lado, o Governo Federal tem atuado na Região procurando resolver os seus problemas estruturais e diminuir as disparidades entre o Nordeste e outras regiões mais desenvolvidas do País, em particular o Centro-Sul.

Deve-se citar que prioridades atribuídas ao problema do Nordeste têm-se refletido em esforços permanentes, ao longo das últimas décadas, como a melhoria dos instrumentos de ação já disponíveis e a definição de novos projetos que venham reforçar o efeito catalisador e a ação germinativa de políticas do Governo na Região, que resultaram em programas, tais como: o PROTERRA, o Plano de Irrigação do Nordeste, o Projeto Sertanejo, cujo principal objetivo era o de tornar a economia da região semi-árida resistente aos efeitos da seca.

Apesar de todos esses programas implementados, a maioria deles não logrou êxito em relação aos objetivos propostos, devendo isso, principalmente, às dificuldades técnicas de definição e ao equívoco nas prioridades. No entanto, não se pode negar que a região apresentou significativos progressos nos últimos 30 anos, o que evidencia o seu potencial de crescimento e a sua capacidade para responder, de forma positiva, aos incentivos orientados para o seu desenvolvimento. Conforme Evangelista (1997), a agricultura nordestina, em particular, também tem apresentado vários exemplos de atividades bem-sucedidas e tem-se destacado, em encontros técnicos, o fato de a Região ser ideal para a prática de certas atividades primárias, como por exemplo, a fruticultura, a olericultura, a pecuária em confinamento, a produção de sementes e o armazenamento de grãos. Tais atividades demandam base tecnológica avançada, mão-de-obra qualificada e melhor organização da produção. Portanto, perseguir, mediante políticas adequadas, a transformação da agricultura tradicional rumo a essa agricultura moderna significa promover o aumento das possibilidades de desenvolvimento regional.

Nesse contexto, destaca-se o agronegócio nordestino: a exportação dos produtos do *agribusiness* regional alcançou R\$ 1,57 bilhão em 1998, representando 42,5% do total exportado pelo Nordeste. Deste montante, aproximadamente 63% foram gerados pela exportação de produtos processados e semi-processados. Nesse grupo, destacam-se os derivados de cana-de-açúcar, de longe os mais importantes na pauta regional de exportações, responsáveis por 30,4% do resultado obtido. Os derivados de madeira, com 10,0%, e os derivados de amêndoas (especialmente de cacau), com 8,8%, vêm a seguir. O Estado da Bahia, em 1998, exportou quase US\$ 20 milhões a mais em derivados de madeira do que em derivados de amêndoas. Os produtos agropecuários (não processados) geraram 34,2% do valor das exportações, com destaque para os grãos (12,6%), as amêndoas (9,6%) e as frutas e olerícolas (4,2%), sendo que nestes últimos a participação do Nordeste correspondeu a aproximadamente 56% do valor exportado pelo Brasil,

em 1998. Em quarto lugar vêm os peixes, moluscos e crustáceos, com 3,2%. (RODRIGUES ; EVANGELISTA, 2000).

Da mesma forma, o agronegócio brasileiro tem apresentado nos últimos anos um notável crescimento: em 2001, o saldo da balança comercial do setor foi de US\$ 19,1 bilhões, subindo para US\$ 20,3 e US\$ 25,9 bilhões, respectivamente em 2002 e 2003. Em 2004, o saldo da balança comercial do agronegócio totalizou US\$ 34,1 bilhões, o que contribuiu de maneira decisiva para minimizar os desequilíbrios externos da economia brasileira. Esse desdobramento positivo do agronegócio pode ser expresso, ainda, pelo fato de que, para cada R\$ 1,00 de renda obtida na atividade agropecuária, outros R\$ 2,40 são gerados nos demais setores da economia, vale dizer, na indústria de insumos, na indústria de processamento de produtos agropecuários e nos serviços agregados a essas atividades. Em outras palavras, a agropecuária consegue incrementar em 140% a renda nos demais setores a ela ligados (AGROANALYSIS, 2005).

Evidencia-se, também, que nos últimos anos tem havido um crescimento da especialização regional em agronegócios, como, por exemplo, a fruticultura irrigada e a carcinicultura no Nordeste, a produção de grãos, a pecuária de corte e os *clusters* agroindustriais no Centro-Oeste, a cana-de-açúcar, a laranja e o café em São Paulo. Em particular para o Nordeste, o agronegócio tem contribuído para o desenvolvimento da região (AGROANALYSIS, 2005).

Diante do exposto, surgem algumas indagações, tais como: qual o papel da oferta de mão-de-obra para o desenvolvimento da economia do Nordeste? Quais os setores da economia da Região nos quais a mão-de-obra tem influenciado positivamente para o seu desenvolvimento?

O pesquisador procurará, portanto, analisar o comportamento da mão-de-obra ocupada como um indicativo das fontes de desenvolvimento setorial da região Nordeste, procurando-se destacar os setores dinâmicos da referida Região, os quais podem ter contribuído para o desenvolvimento da mesma.

1.2 Objetivos

O objetivo central deste estudo é analisar o desempenho econômico dos Estados da região do Nordeste brasileiro no período de 1995 a 2003, tendo como variável-base a mão-de-obra.

Constituem-se em objetivos específicos deste estudo:

- a) Fazer a caracterização regional dos Estados com base na determinação e análise de medidas de natureza setorial e regional;
- b) Analisar o comportamento setorial da mão-de-obra ocupada por estado e na Região Nordeste no período em estudo, identificando as fontes (causas) da variação na referida variável.

1.3 Estrutura do trabalho

Esta Dissertação está assim estruturada: além da Introdução, o tópico 2 procura fazer uma resenha da trajetória do emprego no Brasil no período que vai de 1985 a 2003, analisando a sua evolução ao longo deste tempo por setor , além de verificar a sua distribuição espacial no país.

O tópico 3 apresenta a metodologia aplicada para a análise da mão-de-obra ocupada na região Nordeste no período referido juntamente com as fontes de dados utilizadas no presente estudo. A metodologia utilizada apóia-se em medidas de localização e especialização. Tais medidas são reforçadas pelo método Estrutural-Diferencial, ou *shift-share*, o qual procura verificar quais setores se mostraram dinâmicos para a Região no período analisado.

No tópico 4, procedem-se aos resultados e à discussão. Ali intenta-se analisar as medidas de localização e especialização, bem como inferir as causas do dinamismo ou não dos setores da economia da Região. Finalmente, o tópico 5 ocupa-se das conclusões do estudo.

2 A TRAJETÓRIA DO EMPREGO NO BRASIL

2.1 Considerações iniciais

O poder público possui inúmeras formas de intervenção que afetam o nível de emprego. Essas formas vão desde a fixação do salário-mínimo, o contexto institucional que regula as relações capital-trabalho e os custos fiscais e parafiscais nos encargos trabalhistas até a formação profissional. Não obstante a importância que variáveis como as citadas possuem sobre a oferta de oportunidades de trabalho (tanto no curto como no longo prazo), quando se analisam as políticas de emprego, o universo é bem mais restrito. Em termos da literatura internacional, são incluídos nas políticas de emprego dois tipos de instrumentos ou medidas: as passivas e as ativas. (AZEREDO; RAMOS, 1995).

Ainda segundo os autores, as políticas passivas consideram o nível de emprego (ou desemprego) como dado, e o objetivo é assistir financeiramente ao trabalhador desempregado ou reduzir o "excesso de oferta de trabalho". Os instrumentos clássicos destas políticas são: seguro-desemprego e/ou indenização aos desligados, adiantamento da aposentadoria, expulsão de população, redução da jornada de trabalho, etc. O instrumento mais importante nessas alternativas foi, historicamente, o seguro-desemprego. Em realidade, a denominação seguro-desemprego é um termo suscetível a críticas. Caracterizar um sistema de assistência ao desempregado como "seguro" implica que: a) o financiamento (tanto do empregador como do empregado) seja sobre o salário; b) as condições de acesso têm como restrição um número mínimo de cotizações; c) o valor do benefício ao desempregado é determinado pelo salário sobre o qual foram feitas as cotizações e, em certos casos, pelo número de cotizações; e d) a duração do benefício é função da duração das cotizações.

Na prática, essas condições dificilmente são preenchidas e os sistemas de "seguro-desemprego" possuem, mundialmente, uma certa lógica de "assistência" (existe uma contribuição financeira que provém de fundos públicos ou parafiscais, o mínimo a ser recebido não depende sempre do número de cotizações ou do salário sobre o qual incidia a contribuição, etc.).

Diferentes desse tipo de instrumento, as políticas *ativas* visam exercer um efeito positivo sobre a demanda de trabalho. Os instrumentos clássicos desse tipo de política são: a criação de empregos públicos, a formação e reciclagem profissional, a intermediação de mão-de-obra, a subvenção ao emprego e, em geral, as medidas que elevem a elasticidade emprego-produto, sendo o apoio às pequenas e micro empresas a mais popular destas últimas (AZEREDO; RAMOS, 1995).

Nesse contexto, o Brasil experimentou importantes transformações na sua economia, em particular nas duas últimas décadas, nas quais o país viveu uma diminuição no ritmo de crescimento econômico comparativamente ao período que vai de 1930 a 1980. Por outro lado, tem-se verificado, desde meados da década de 1990, uma tendência de aumento na taxa de desemprego, o que tem provocado preocupação nas autoridades brasileiras, bem como naqueles que são responsáveis pela formulação de políticas públicas que gerem emprego e renda.

Corseuil et al. (2002) analisam o mercado de trabalho brasileiro, particularmente a capacidade de criação e destruição de postos de trabalho por parte das firmas, bem como a realocação do emprego no Brasil. Segundo os autores, o elevado grau de flexibilidade tem sido apontado como uma das características marcantes do mercado de trabalho brasileiro e uma das dimensões dessa flexibilidade é a capacidade de realocação de trabalhadores entre diferentes postos de trabalho. Segundo os autores, o elevado grau de flexibilidade tem sido apontado como uma das características marcantes do mercado de trabalho brasileiro e uma das dimensões dessa flexibilidade é a capacidade de realocação de trabalhadores entre diferentes postos de trabalho.

Particularmente a década de 90 foi caracterizada como tendo sido um dos mais importantes pontos de inflexão da história econômica brasileira. Nesse período, o desempenho do mercado de trabalho metropolitano brasileiro pode ser dividido em duas fases distintas. A primeira inicia-se em 1990 e prossegue até a estabilização da economia em 1994. Esta fase apresenta a economia atravessando uma forte recessão, com aumento da taxa de desemprego aberto, níveis extremamente elevados de inflação e grandes mudanças estruturais, provocadas sobretudo pela abertura comercial. A segunda fase tem início em 1994 e perdura até o presente momento. Aqui, a taxa de inflação foi reduzida para níveis bastante baixos (chegando a ser inferior a 5% a.a. em 1997), bem como a taxa de crescimento do produto se tornou positiva até 1997, quando mostrou estagnação a partir daquele ano (NERI; CAMARGO; REIS, 2000).

Tal evolução do mercado de trabalho, ocorrida após a abertura da economia e a estabilização, torna-se preocupante para o futuro, visto que trouxe mudança na estrutura da demanda por qualificação da mão-de-obra, inadequação da demanda à oferta de qualificação e aumento da taxa de desemprego de longo prazo. Segundo Neri et al. (2000), o país, se não quiser conviver com elevadas taxas de desemprego estrutural, terá de adotar importantes reformas na sua legislação trabalhista, objetivando aumentar os incentivos para que empresas e trabalhadores invistam em qualificação e treinamento ao longo da relação de trabalho.

Desse modo, este capítulo objetiva descrever a evolução do emprego no Brasil nos últimos vinte anos, dando particular destaque para a região Nordeste, assim como as transformações na distribuição do emprego entre setores e as mudanças na distribuição espacial do emprego.

2.2 A evolução do emprego formal no Brasil no período 1985 – 2003

Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o emprego formal, o qual engloba trabalhadores com carteira de trabalho assinada, entre outros, estatutários, trabalhadores avulsos e por prazo determinado, apresentou uma tendência constante de crescimento no período que vai de 1985 a 2002; período esse durante o qual o emprego formal no Brasil cresceu a uma taxa média anual de 2% a.a., conforme se vê na Tabela 1. De 20,5 milhões em 1985, o estoque de emprego formal eleva-se para 28,7 milhões em 2002, o que representa um crescimento da ordem de 40%. Observa-se também que, durante todo o período considerado, houve criação de postos de trabalho formais em todos os anos, com exceção do triênio 1990-1992, o que refletiu a recessão pela qual o país passava naquele período e, possivelmente, também refletiu o processo de reestruturação da economia brasileira em meio a importantes mudanças como, por exemplo, a abertura comercial e a alteração do papel do Estado da economia (COSTANZI, 2004).

Há que se destacar, portanto, o fato de que a economia brasileira inicia a década de 1990 com uma forte recessão. Depois de um período de elevadas taxas de inflação ao fim dos anos 80, quando o crescimento dos preços chegou a 80% ao mês, no início de 1990 uma moratória da dívida interna implementada pelo governo teve um efeito fortemente recessivo.

Como exemplo, pode-se citar a taxa de desemprego aberto (dessazonalizada), que em março de 1990 era de 4% da força de trabalho, chegando a atingir 6% dessa força no segundo semestre de 1992, auge da recessão (NERI et al., 2000). Verifica-se, ainda, pela Tabela 1, que a taxa percentual de variação anual apresenta números positivos, exceto para o período 1990-1992, quando a mesma foi -5,26%, -0,81% e -3,21%, para os anos de 1990, 1991 e 1992, respectivamente. No entanto, 1993 apresenta um importante ponto de inflexão, passando a taxa de variação anual para 4,01%, o que refletiu o fato de que, a partir desse ano, houve um aumento do nível de atividade econômica, intensificando-se com a estabilização em junho de 1994. O crescimento da economia duraria até 1997 (NERI et al., 2000).

TABELA 1 - Estoque de empregos formais – Brasil, 1985-2002.

Ano	Estoque emprego formal	Taxa de variação anual em %	1985 = 100	Taxa de variação média anual em %
1985	20.492.131	-	100,00	0,0
1986	22.164.306	8,16	108,16	8,2
1987	22.617.787	2,05	110,37	5,1
1988	23.661.579	4,61	115,46	4,9
1989	24.486.568	3,49	119,49	4,6
1990	23.198.656	-5,26	113,21	2,5
1991	23.010.793	-0,81	112,29	2,0
1992	22.272.843	-3,21	108,69	1,2
1993	23.165.027	4,01	113,04	1,5
1994	23.667.241	2,17	115,49	1,6
1995	23.755.736	0,37	115,93	1,5
1996	23.830.312	0,31	116,29	1,4
1997	24.104.428	1,15	117,63	1,4
1998	24.491.635	1,61	119,52	1,4
1999	24.993.265	2,05	121,96	1,4
2000	26.228.629	4,94	127,99	1,7
2001	27.189.614	3,66	132,68	1,8
2002	28.683.913	5,50	139,97	2,0

Fonte: COSTANZI (2004). Relação Anual das Informações Sociais (RAIS), 1985 a 2002.

Como se observa da Tabela 1, o emprego formal apresentou crescimento de 20,5 milhões em 1985 para 28,7 milhões em 2002, o que representou a geração de 8,2 milhões de

postos de trabalho formais nesse período. Tal fato fortalece o diagnóstico de que a tendência crescente do desemprego no Brasil é resultado não da eliminação de postos de trabalho, mas sim da geração de empregos em ritmo insuficiente para absorver o aumento da População Economicamente Ativa (PEA).

Já se tornou amplamente conhecido que as décadas de 1980 e 1990 trouxeram mudanças significativas para a economia brasileira. Particularmente a década de 1990 caracterizou-se como um dos mais importantes pontos de inflexão na história econômica recente do país. De uma economia fechada ao fluxo de comércio e de capitais internacionais, apresentando uma forte presença do Estado como produtor de bens e serviços e uma crescente tendência inflacionária, o Brasil caminhou para uma economia aberta, com redução da proteção comercial e liberalização dos fluxos de capital, redução da presença do Estado como produtor de bens e serviços, através do processo de privatização, culminando todo este processo em um programa de estabilização baseado em uma âncora cambial e respaldado pela abertura comercial e financeira (NERI et al., 2000).

Tais mudanças estruturais tiveram importantes efeitos sobre ritmo e o crescimento da economia. Entre 1990 e 1992, em particular, o país experimentou uma forte recessão, ocorrendo redução do nível de atividade econômica e aumento do nível de desemprego. No entanto, a partir de 1993 e, mais intensamente, em junho de 1994, houve uma reversão nesse processo, com crescimento até 1997. Com o advento da crise asiática e da crise financeira internacional em meados de 1998, o crescimento econômico foi interrompido.

Todos esses desenvolvimentos em nível macroeconômico, como não podia deixar de ser diferente, tiveram fortes reflexos sobre o desempenho do mercado de trabalho, que continuaram a se propagar no final dos anos 90, apresentando, como alguns reflexos, a redução do emprego industrial e o aumento da proporção de trabalhadores informais, combinado ao crescimento do rendimento real dos trabalhadores e do emprego nos setores de comércio e de serviços (NERI et al., 2000).

O emprego formal no Brasil apresentou importantes alterações no que se refere à distribuição espacial e à estrutura setorial. No período que vai de 1985 a 2002. Verifica-se, além do mais, que, apesar do baixo ritmo de crescimento econômico no período citado (2,3%a.a.) em

relação ao ritmo que prevaleceu nas décadas de 1930 a 1970, o emprego formal cresceu à taxa de 2% a.a. no período analisado. O desempenho do emprego formal, outrossim, também foi prejudicado pela política macroeconômica do *stop and go*, que prevaleceu em particular nos anos 1990, visto que não permitiu a formação de expectativas de crescimento econômico sustentado, as quais são fundamentais para os empregadores realizarem contratações formais por prazo indeterminado (COSTANZI, 2004).

Além disso, verificou-se que o crescimento econômico tem papel fundamental na geração de emprego formal, tendo em vista que se pode notar uma correlação positiva entre o aumento do PIB real e o incremento do emprego formal, bem como que os setores e as regiões que tiveram o maior (menor) crescimento econômico foram os que tenderam a ter o maior (menor) incremento dos postos de trabalho formais. No período de 1985 a 2002, para cada incremento de 1% do PIB real, houve aumento de 0,87% do emprego formal (COSTANZI, 2004).

Porém, apesar de o emprego formal ter crescido à taxa média anual de 2%, na realidade ficou mais difícil a inserção dos trabalhadores no mercado formal de trabalho, visto que a PEA cresceu em um ritmo superior ao do emprego formal entre 1985 e 2002. Como consequência disso, o grau de dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho, medido pela razão PEA/estoque formal de emprego, cresceu, *grosso modo*, de 2,7 em 1985 para 3 em 2002, segundo COSTANZI (2004). Desse modo, pode-se afirmar que, para cada 2,7 trabalhadores em 1985, havia 1 emprego formal, enquanto que, em 2002, havia, para cada 3 trabalhadores formais, continuava a haver 1 emprego.

Costanzi (2004) constata, para o período 1985 – 2003, uma correlação positiva entre o comportamento do emprego formal e a taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB), indicando que o crescimento econômico possui papel explicativo relevante no comportamento da ocupação formal. No período citado, o PIB real cresceu a uma taxa anual de 2,3% relativamente aos 2% a.a. da ocupação formal, o que implicaria uma relação crescimento do emprego formal/crescimento do PIB real de 0,87, ou seja, para cada incremento de 1% do PIB real, o estoque de postos formais de trabalho cresceu 0,87%.

2.3 A evolução do emprego formal por região segundo a RAIS 1985 – 2002

Importantes mudanças ocorreram no emprego formal no Brasil também do ponto de vista da distribuição espacial. De acordo com Costanzi (2004), pôde-se observar uma ligeira desconcentração espacial do emprego formal na região Sudeste, a mais desenvolvida, ocorrendo também um aumento da importância relativa das regiões menos desenvolvidas (Centro-Oeste, Norte e Nordeste).

As regiões menos desenvolvidas apresentaram, entre 1985 e 2002, as maiores taxas de crescimento médio anual do emprego formal, sendo assim distribuídas: Centro-Oeste (4,04%), Norte (3,80%) e Nordeste (2,61%). O Sudeste apresentou taxa de crescimento inferior à média nacional (2%) e a região Sul apresentou uma taxa de crescimento ligeiramente superior à média do país (2,29%). A Tabela 2 nos mostra a distribuição espacial do emprego formal no Brasil e também por regiões entre 1985 e 2002.

Tabela 2 - Distribuição espacial do emprego formal segundo as Grandes Regiões – Brasil, RAIS 1985-2002.

	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
1985	3.134.418	687.283	11.582.142	3.454.796	1.186.117	20.492.131
2002	4.859.397	1.296.597	15.128.474	5.075.659	2.323.786	28.683.913
Variação 2002-1985 em %	55,03	88,66	30,62	46,92	95,92	39,98
Variação média anual em % (a)	2,61	3,80	1,58	2,29	4,04	2,00
Variação média anual do PIB real em % 1985-2001 (b)	2,3	4,9	1,9	3,0	3,8	2,4
(a)/(b)	1,13	0,78	0,83	0,76	1,06	0,83
Participação no emprego total em 1985 em %	15,30	3,35	56,52	16,86	5,79	100,00
Participação no emprego total em 2002 em %	16,94	4,52	52,74	17,70	8,10	100,00

Fonte: Relação Anual das Informações Sociais (RAIS), 1985 a 2002 e IBGE/Contas Regionais (IBGE)

Observa-se que o processo de desconcentração espacial do emprego formal resultou em uma queda da participação da região Sudeste no emprego formal total de 56,52% em 1985 para 52,74% em 2002. Nesse mesmo período, a participação do Centro-Oeste aumentou de 5,79% em 1985 para 8,10% em 2002; o Norte, de 3,35% para 4,52%; e o Nordeste, de 15,30% para 16,94%.

Vê-se, ainda, a correlação entre a taxa de crescimento econômico real e os respectivos incrementos do emprego formal: a região Nordeste apresenta uma variação média anual do PIB real de 2,3% para o período de 1985-2001; o Norte, de 4,9%; o Sudeste, de 1,9%; o Sul, de 3% e o Centro-Oeste, de 3,8%. Para esse mesmo período, a variação média anual do emprego formal por região mostrou-se assim distribuída: Nordeste, 2,61%; Norte, 3,80%; Sudeste, 1,58%; Sul, 2,29% e Centro-Oeste, 4,04%. Tal fato reflete uma correlação positiva entre a taxa de crescimento econômico real e o incremento do emprego formal por região.

As regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram as maiores taxas de crescimento real entre 1985 a 2001; elas também apresentaram o maior incremento do emprego formal no período de 1985 a 2002. Por outro lado, o Sudeste apresentou o menor crescimento tanto do produto real quanto do emprego formal em ambos os períodos. Com relação à região sul, esta apresentou menor crescimento do emprego formal em comparação ao Nordeste, embora o incremento do produto real tenha sido superior ao do Nordeste. Pode-se explicar tal fato porque a região Nordeste obteve maiores taxas de crescimento que o Sul em setores como comércio, serviços e construção civil, enquanto a região Sul obteve maiores incrementos do produto real que o Nordeste para o setor industrial (COSTANZI, 2004).

As flutuações do emprego e sua relação com o nível do produto sempre têm sido objeto de estudo da pesquisa econômica e, no Brasil, podem ser citados Oliveira e Guimarães Neto (1997), que procuraram analisar o comportamento do emprego e do produto do Brasil nos anos 90, mostrando que, embora uma queda na produção tenha sido acompanhada de uma redução no número de postos de trabalho, nem sempre o crescimento do produto representou aumento do nível de emprego. Além disso, os referidos autores levantaram a hipótese de que o emprego nas regiões brasileiras segue a mesma tendência do emprego a nível nacional. No entanto, eles sugerem a possibilidade da existência de diferenciais permanentes nas economias

dessas regiões que mantêm as diferenças nos índices de emprego. Ou seja, existem movimentos comuns entre o emprego das diversas regiões brasileiras, mas cada região apresenta características próprias. Nesse sentido, por exemplo, Oliveira (1999) testa tal suposição empiricamente e chega à conclusão que, de fato, existe um equilíbrio de longo prazo entre as flutuações do emprego na maioria dos estados brasileiros e o emprego nacional.

Ainda com relação à distribuição espacial do emprego formal, houve uma ligeira desconcentração na região Sudeste (e também nas Metropolitanas), a qual apresentou a menor taxa de crescimento (juntamente com as Regiões Metropolitanas). Por outro lado, as regiões menos desenvolvidas do país, especificamente o Centro-Oeste, o Norte e o Nordeste, nesta mesma ordem, foram àquelas regiões que apresentaram as maiores taxas de incremento dos postos de trabalho formais de 1985 a 2002. No entanto, apesar dessa ligeira desconcentração espacial, a região Sudeste ainda respondia, em 2002, por mais da metade do emprego formal no Brasil (52,74%).

2.4 Os estados do Nordeste com relação ao emprego nacional

Para o caso do Nordeste em particular, devem ser destacados alguns pontos. Primeiramente, a questão da geração de empregos, a qual tornou-se um dos principais tópicos da agenda de pesquisa da economia, não apenas para o país, mas também para a Região. Em segundo lugar, o enfoque à questão regional e ao mercado de trabalho, no Brasil, tem recebido pouca atenção. Segundo Albuquerque Oliveira e Cruz (2000), quando se utiliza uma análise regional, a mesma se restringe a algumas regiões metropolitanas, visto que são utilizadas bases como PME e PED, que são limitadas em sua cobertura espacial. Utilizando as informações da RAIS, os referidos autores, em estudo que trata exclusivamente do nível de emprego, procuram identificar qual a relação entre as flutuações do emprego nacional (como, por exemplo, uma política nacional de geração de emprego) e a dos estados da região Nordeste. Movimentos comuns do emprego entre os estados brasileiros sugeririam que deve existir um mecanismo de transmissão dos choques de um estado para outro. Tais choques seriam mais intensos em determinados estados que seriam mais sensíveis às flutuações do emprego nacional.

Albuquerque Oliveira e Cruz (2000) afirmam que as flutuações do emprego na maioria dos estados brasileiros em relação ao emprego nacional sugerem que, embora as economias do Nordeste e do país possam apresentar movimentos coordenados, uma cresce mais acentuadamente do que a outra, o que contribuiria, certamente, para aumentar as disparidades entre elas, durante as fases de expansão da economia, mas *mutatis mutandis*, há desconcentração em fases de desaquecimento.

No seu trabalho, Oliveira (1999) identifica o comportamento do emprego dos diversos estados brasileiros frente ao emprego nacional, através de uma análise empírica. O autor buscou uma relação de longo prazo entre a variável emprego estadual e a nacional. Para o fim proposto, duas técnicas foram utilizadas: a primeira corresponde à análise de co-integração, segundo a metodologia de Engle-Granger. A segunda partiu do modelo de correção de erros irrestrito, como apresentado por Pesaran et al. (1996). A segunda técnica apresentou resultados mais robustos e corroborou a hipótese de que as flutuações do emprego, na maioria dos estados, seguem uma trajetória comum em relação ao emprego nacional, mas com diferenciais permanentes no longo prazo. No entanto, alguns estados são mais sensíveis às flutuações do emprego nacional que outros.

Ao analisarem as desigualdades regionais através da elasticidade de longo prazo do emprego nos estados do Nordeste, Albuquerque Oliveira e Cruz (2000) chegam a algumas conclusões interessantes. Primeiramente, detecta-se um grupo que apresenta relação estável entre as variáveis, grupo este composto pelos estados do Maranhão, Paraíba, Pernambuco e Piauí. O Estado de Alagoas, por sua vez, apresenta uma relação que não poderia ser determinada considerando-se um nível de significância de 5%, pois, a esse nível de significância o teste F apresentaria valores que se encontram entre os limites inferior e superior sugeridos por Pesaran et al. (1996). Portanto, aqui, no caso de Alagoas, não se poderia inferir sobre o equilíbrio de longo prazo entre o emprego desse estado em relação ao emprego do país sem uma investigação maior das propriedades de integração dessas variáveis. Para Bahia, Rio Grande do Norte e Sergipe, os autores verificam que, embora o teste de significância aponte para o equilíbrio de longo prazo, o coeficiente da variável emprego desses estados mostrou-se positivo, o que indica a não-estabilidade de equilíbrio de longo prazo.

Os coeficientes de longo prazo, segundo Albuquerque Oliveira e Cruz (2000) representam a sensibilidade do emprego de um estado em relação ao emprego do país, apresentados na forma de coeficientes de elasticidade. Os autores também verificaram que, embora esses coeficientes sejam estatisticamente significativos, para a maioria dos estados brasileiros, a flutuação do emprego é pouco sensível às variações do emprego nacional, constatando que, entre os estados que apresentaram uma relação estável de longo prazo, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Piauí apresentaram seus respectivos coeficientes de elasticidade menores que a unidade. Isso equivale dizer que, durante a expansão econômica, a taxa de emprego nesses estados tendem a se afastar mais da taxa de emprego nacional. No entanto, Sergipe apresentou alta sensibilidade, o que significa que, quando a economia cresce, a taxa de emprego desse estado tende para a taxa nacional.

O Ceará apresentou um coeficiente de elasticidade menor que a unidade, mas o mesmo foi negativo. Nesse caso em particular, o movimento é inverso ao da taxa nacional: em momentos de crise, o emprego no Ceará tenderia a crescer, indicando que o movimento do emprego no Ceará é anti-cíclico em relação ao país.

Oliveira e Guimarães Neto (1997) explicam bem esse comportamento distinto do Ceará em relação aos demais estados da região Nordeste. De acordo com esses autores, podem ser citados alguns fatos ocorridos no referido Estado como a expansão econômica, o processo de modernização de certos segmentos produtivos no Estado, a consolidação do pólo têxtil de Fortaleza, a ampliação da capacidade de investimento do governo estadual e seu comportamento agressivo para a atração de investimentos privados (a guerra fiscal). Todos esses fenômenos teriam conferido uma dinâmica diferenciada na economia cearense e também na tendência de emprego.

Em relação à indústria de transformação, três estados apresentaram perda absoluta, não apenas no número de empregados (as maiores verificadas), mas também no peso relativo do emprego na Região, foram estes: Pernambuco, Sergipe e Bahia. A maior perda absoluta de empregados na Indústria de Transformação no período 1989-1998, ocorreu no Estado de Pernambuco (-41,86%). O mesmo dispunha de 221.718 empregados em 1989 contra 128.915 em 1998. Este Estado acumulou ainda a maior perda relativa, precisamente -27,21%, em

participação no emprego da Região. (APOLINÁRIO, 2000). Pernambuco apresenta uma significativa diminuição da participação relativa do setor 2 entre 1995 e 2003.

Segundo Apolinário (2000), como identificação de expansão do emprego, tem-se que os Estados do Ceará e do Piauí, foram os únicos que combinaram aumentos absolutos de pessoal no período 1989-1998, respectivamente (15,32% e 15,42%), com aumento em sua participação relativa no emprego da Região, precisamente (44,43% e 44,33%). Os demais Estados (MA, RN, PB e AL), embora tenham elevado seu peso relativo no emprego da Região, também apresentaram perda absoluta de pessoal no período 1989-1998. Destes últimos, a menor perda aconteceu na Paraíba (-2,16%) e a maior no Rio Grande do Norte (-17,53%). Em 1998, o Nordeste dispunha de 523.212 empregados em atividade em 31/12. Os quatro Estados que concentravam o maior número destes na Região, em 1998, eram Pernambuco, Ceará, Bahia e Alagoas, precisamente (74,83%) do total de empregados.

Prochnik e Haguener (2000), ao analisarem a estrutura industrial do Nordeste, afirmam que a indústria dessa região abrange cadeias agroindustriais relevantes e esta inclui uma das bases importantes das economias contemporâneas, as cadeias químicas, que têm participação expressiva na indústria da Região. Os autores também concordam que o peso das cadeias eletro-eletrônica e metal-mecânica ainda é reduzido. No entanto, quando se compara a estrutura industrial do Nordeste com a do Brasil como um todo, confirma-se a maior especialização do Nordeste. A Região é mais especializada, em relação à economia nacional, nas cadeias de base agropecuária e na da construção civil; com relação a esta última, os resultados do método *shift-share* confirmam tal fato, como visto anteriormente. Pode-se considerar que existe também especialização relativa na cadeia têxtil e calçadista.

O setor têxtil nacional, segundo dados do IBGE (1998), representou cerca de 1% do valor agregado da economia nacional em 1997 (representava 2,6% em 1990) e gerou 1,5 milhão de empregos em 1999 (inclusive confecções), significando um declínio acumulado de 30% em relação a 1990. O número de empregos gerados na cadeia têxtil-confecção representou nesse ano 14,1% do total de empregos na indústria (IBGE/IEMI). E a produção nesse setor cresceu moderadamente entre 1990 e 1999: a produção de fios (em t) teve uma taxa acumulada de 10% nesse período (média de 1% ao ano), a de tecidos planos acumulou 3% e a de malhas 30% (média de 2,9% ao ano). Já a produção de confeccionados, incluindo vestuário, acessórios, linha lar e

artigos técnicos, cresceu à taxa acumulada de 84% no mesmo período (média de 7% ao ano), alcançando, em 1999, 8,2 bilhões de peças, distribuídas, segundo o IEMI, da seguinte forma: 4,2 bilhões de peças para vestuário, 0,8 bilhão para linha lar e 3,2 bilhões para outras confecções. O consumo, por outro lado, apresentou uma significativa expansão na década, passando de 8,27 kg/habitante para 9,50 kg/habitante (IEMI).

Assim como ocorreu com outros setores da economia, o setor têxtil nacional foi muito afetado pela abertura da economia em 1990, a qual não estabeleceu de imediato mecanismos que pudessem proteger a indústria contra as importações produtivas (tendo como foco um mercado praticamente imune a produtos estrangeiros), subfaturadas e o *dumping* comercial. Some-se a isso o fato de que o setor têxtil no Brasil historicamente desenvolveu-se através da internalização de todas as suas atividades com baixos índices de produtividade e baixos investimentos em tecnologia de ponta (também em função da grande instabilidade macroeconômica da década de 80). (GORINI, 2000).

Ainda de acordo com Gorini (2000), os impactos da abertura da economia brasileira e do aumento da concorrência externa a partir de 1990, bem como a estabilização da moeda, que ampliou o consumo da população de renda mais baixa desde 1994, levaram a transformações estruturais na cadeia têxtil nacional.

Com relação à distribuição regional da produção, apesar da grande concentração nas regiões Sul e Sudeste, houve um considerável aumento de participação do Nordeste na década de 90, especialmente na produção de fios e tecidos (Tabela A.1 no Anexo D e Gráficos 1 a 4 no Anexo E) cabendo destacar os grandes investimentos na produção em altas escalas de commodities de algodão, em plantas com operação verticalizada desde a abertura do algodão, passando pela fiação até o acabamento, produzindo tecidos planos de algodão, como, por exemplo, sarjas, índigo, tecidos para lençóis e malhas para confecção de camisetas. Há ainda grandes empresas no Nordeste produzindo exclusivamente fios e linhas com predominância de algodão, cabendo destacar que a região, segundo o IEMI, já é a maior consumidora de algodão para a produção de fios, consumindo 432 mil t dessa fibra em 1999, contra 409 mil t da região Sudeste e 205 mil t da região Sul.

Desse modo, a atividade industrial do Nordeste, em comparação com a brasileira, é relativamente mais intensa nas cadeias mais tradicionais e menos intensa nas cadeias modernas. Porém, em anos mais recentes, o grau de especialização produtiva aumentou nas indústrias do Nordeste, com aumento no peso industrial das cadeias mais importantes – petroquímica, agroindustrial e têxtil e calçadista – e redução na participação das cadeias de menor relevância, como a metal-mecânica. Com relação à agropecuária, esta passa por um processo de transformação inverso, com o declínio das culturas anteriormente mais relevantes na Região e acentuada ascensão de novas atividades (grãos e frutas). No conjunto da cadeia petroquímica, o Nordeste apresenta participação inferior à média, mas sua contribuição é muito diferenciada nos diversos segmentos – a petroquímica básica e intermediária é a atividade industrial em que o Nordeste apresenta maior especialização relativa e na extração de petróleo e gás a região também é relevante, mas sua participação no refino (setor mais importante em nível nacional) é reduzida. (PROCHNIK; HAGUENAUER, 2000).

Com exceção da Bahia, cujos efeitos benéficos da petroquímica se concentram nos anos 70, os demais estados nordestinos apresentaram altas ou razoáveis taxas de crescimento durante a década de 80, em nível várias vezes superior à taxa da Região e do país. No entanto, nos anos 90, com a redução do crescimento face à recessão de 1990-92, o PIB do país e da Região apresentaram incremento modesto de menos de 3% ao ano, à exceção dos estados do Rio Grande do Norte e do Ceará, que mantiveram significativo nível de crescimento: 4,1% e 5,3% ao ano, respectivamente. No caso do Rio Grande do Norte, tal desempenho pode ser associado ao impulso da atividade petrolífera que, segundo dados da Sudene (Boletim Conjuntural do Nordeste do Brasil, ago, 1996, p. 171), mostram que desde 1990 o Rio Grande do Norte passou a contribuir mais que a Bahia para a produção nacional de petróleo bruto (primeiro passa de 11,6% em 1990 para 12,1% em 1995, enquanto o segundo cai de 11,1% para 8,3% da produção nacional de petróleo). Além disso, este Estado tem apresentado expressiva atividade de fruticultura no seu oeste, que inclui a importante cidade de Mossoró. Já no caso do Ceará, cuja base de recursos naturais é relativamente menos rica, pode-se supor que o significativo ritmo de crescimento em pleno período de desaceleração das economias nacional e regional esteja vinculado à política mais arrojada de atração de novos investimentos e de fortalecimento do pólo têxtil e de confecções; aos benefícios do ajuste fiscal e administrativo promovido na segunda metade dos anos 80 e à inauguração de um novo padrão administrativo. Tudo isto se tem refletido em uma

tendência deste Estado de passar à segunda economia da Região em termos de PIB. No entanto, é necessário reter que, por trás da comparação de ritmos de crescimento, deve-se atentar para as diferentes bases econômicas existentes em cada Estado da Região. Bahia, Pernambuco e Ceará são ainda as maiores economias estaduais do Nordeste. (ARAÚJO et al., 1997).

Deve-se mencionar ainda que, embora a Bahia tenha enfrentado dificuldades no início dos anos 90, a revitalização de sua economia, que começa a ocorrer nos últimos anos da década de 90, combina elementos externos e internos. No *front* externo à Bahia, a estabilização da economia favoreceu o desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas à medida que eleva particularmente o potencial de consumo dos segmentos menos favorecidos da população, o que propiciou a atração de setores produtores de bens salário. A retomada dos investimentos na economia brasileira, também resultante da estabilização, é o outro grande condicionante externo. É justamente a partir daí que começam a atuar os condicionantes internos, favorecendo o desempenho da Bahia. A atuação agressiva na guerra fiscal é um desses condicionantes. Evoluindo de programas gerais de atração de investimentos para programas específicos, os incentivos ao desenvolvimento da informática no pólo de Ilhéus e o esforço de atração da Ford, entre outros, a política de captação de investimentos assume maiores visibilidade e efetividade. (MENEZES, 2003).

A singularidade do perfil da malha produtiva regional pode ser também percebida pela menção à existência – na mesma região caracterizada como atrasada – de atividades econômicas que crescem consideravelmente, a exemplo da agricultura irrigada e da fruticultura no vale do São Francisco, a já referida fruticultura do oeste do rio Grande do Norte, o Complexo Petroquímico de Camaçari, a agricultura de grãos no oeste da Bahia e a atividade petrolífera no Rio Grande do Norte, na Bahia e em Sergipe. Como parte das modernas atividades agrícolas está integrada à agroindústria, o impacto em termos de emprego total deve ser significativamente maior que os empregos diretos gerados (ARAÚJO; SOUZA; LIMA, 1997).

Como se sabe, a economia do Nordeste historicamente distanciou-se em termos de renda per capita em relação à média do País. Concentrando quase 30% da população do Brasil, sua participação no PIB nacional não passava de cerca de 16,0% em 1998. Conseqüentemente, o PIB per capita do Nordeste em 1998 atingia apenas o patamar de 56,1% do respectivo PIB nacional. Além disso, a desvantagem no produto per capita é acrescida por uma distribuição de

renda regional ainda pior que a média do país. Efetivamente, enquanto em 1997 o coeficiente de Gini era de 0,58 para o Brasil, no Nordeste chegava a 0,60 (no Sul era de 0,54). Não obstante, vale observar que os parâmetros básicos da economia nordestina vêm, embora lentamente e aquém do desejável, apresentando melhoras. Nas últimas décadas a participação do PIB per capita do Nordeste no PIB per capita do Brasil cresceu de 41,8% para 56,1% entre 1960 e 1999. Em parte, pelo menos, isto resulta de um crescimento econômico relativamente mais rápido experimentado pela economia nordestina nas últimas quatro décadas. (LIMA, 2005).

Segundo Lima (1994), dada a divisão interna de atividades prevalecente na economia brasileira, ao Nordeste vem cabendo o papel crescente de produção de bens intermediários, estando até aqui suas chances maiores de expansão industrial ligadas à disponibilidade de matéria-prima e atuando de forma a complementar a estrutura produtiva nacional. Mais importante ainda é entendermos que esses avanços ocorreram mesmo em uma fase de estagnação da economia e que, com a retomada do crescimento, seus efeitos de encadeamento serão certamente potencializados.

2.5 A evolução do emprego formal por setor (RAIS 1985 – 2002)

Sob o ponto de vista setorial, percebem-se mudanças significativas na distribuição do emprego formal de 1985 a 2002. Vê-se que ocorreu uma estagnação do emprego formal na indústria (+0,2% a.a.), enquanto registra-se incremento significativo dos postos de trabalho formais na agropecuária¹ (7,49% a.a.), de serviços (2,86% a.a.) e na administração pública² (2,59% a.a.) no mesmo período. O setor de serviços³, sem considerar a administração pública, obteve um aumento de sua importância relativa no estoque total de emprego formal: de 42,32% em 1985 para 48,84% em 2002, ou seja, neste último ano respondia por quase metade do emprego formal total no país (COSTANZI, 2004).

No tocante à distribuição setorial, foi observado que houve uma estagnação do emprego formal na indústria de 1985 a 2002, visto que o crescimento médio anual foi de apenas 0,2%. Como consequência deste fato, a indústria, que respondia por um terço do emprego formal

¹ Agricultura, siveicultura, criação de animais, etc.

² Direta e autárquica.

³ Incluindo o comércio.

em 1985, passou a representar apenas um quarto dos postos de trabalho formais em 2002. O setor que obteve o maior incremento nesse período foi a agropecuária (7,49% a.a.), até como reflexo do baixo estoque inicial, e, por isso mesmo, gerou apenas 800 mil empregos formais de 1985 a 2002. Os setores de serviços (2,86% a.a.) e a administração pública direta e autárquica (2,59% a.a.) também apresentaram bom desempenho na geração de empregos no período de 1985 a 2002. Visto que estes dois setores tinham estoque elevado de empregado formal, ambos responderam, portanto, por 95% dos postos de trabalho formais gerados no período em questão. A administração pública direta e autárquica e o setor de serviços tinham, respectivamente, 23,66% e 48,84% do emprego formal no Brasil em 2002, sendo o último setor o maior empregador.

Na indústria, poucos setores obtiveram incremento do estoque de empregados (celetistas) no referido período, destacando-se a indústria alimentícia e a construção civil, os quais passaram a ser os mais importantes empregadores e a passaram, também, a responder por um terço do estoque de emprego formal do setor secundário em 2002.

Com relação ao emprego formal na indústria de transformação, percebe-se uma expressiva queda na região Sudeste, havendo um forte incremento nas regiões Norte e Centro-Oeste, com base nos dados do CAGED para o período de 1992 a 2003, segundo Costanzi (2004). Tais dados indicam um possível deslocamento de parcela do setor industrial, provavelmente setores intensivos em trabalho, para regiões com menor custo da mão-de-obra, afastando-se das regiões mais desenvolvidas (em particular as regiões metropolitanas). Além do mais, percebe-se uma tendência natural de que cada vez mais esta última especialize-se na área de serviços e dediquem-se menos ao setor secundário. Já nos setores de serviços e comércio, houve incremento do emprego formal em todas as regiões, com base nos dados do CAGED.

Ao se desagregarem por região os dados de emprego formal na indústria para o período de 1985 a 2002, com base na RAIS, percebem-se que a estagnação do emprego formal na indústria é um fenômeno localizado na região Sudeste. Nesse período, todas as demais regiões do país apresentaram crescimento do emprego formal, havendo a criação de 800 mil postos de trabalho formais; enquanto isso, nesse mesmo período, na indústria da região Sudeste, ocorreu eliminação de cerca de 570 mil postos de trabalho. Desse modo, o fraco desempenho do emprego no setor industrial no Brasil no período de 1985 a 2002 deve-se, sobretudo, à retração do emprego na indústria de transformação da região Sudeste, o que anulou o incremento do emprego

industrial nas demais regiões. Deve-se mencionar que houve queda do emprego formal na indústria extrativa em todas as regiões, exceto no Nordeste, mas o volume absoluto da queda foi pequeno. A construção civil apresentou incremento do estoque do emprego formal em todas as regiões entre 1985 e 2002.

Já nos setores de serviços e agropecuária, houve incremento do estoque de emprego formal para todas as regiões nesse período, segundo Costanzi (2004), utilizando dados da RAIS. As maiores taxas de crescimento ocorreram nas seguintes regiões: Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Na agropecuária, a região que apresentou o maior incremento do emprego formal foi o Centro-Oeste, provavelmente estimulado pelo agronegócio e, em particular, pela soja. No entanto, a região Sudeste, tendo em vista o estoque inicial de emprego formal, é aquela na qual houve a maior geração absoluta de empregos formais, tanto na área de serviços, quanto na área agropecuária.

Com relação ao subgrupo comércios, este apresentou taxa de crescimento do emprego formal de cerca de 84% (5,9% a.a.), enquanto o subgrupo de serviços apresentou incremento de 52% (2,5% a.a.), sendo ambas as taxas referentes ao período de 1985 a 2002. Desse modo, observa-se que, depois da agropecuária, o comércio foi o setor de atividade que apresentou a maior taxa de incremento do emprego formal. A administração pública direta e autárquica também apresentou incremento da participação no emprego formal total nesse período: 21,46% para 23,66%.

Em termos de variação absoluta, pode-se destacar a criação de 5,3 milhões e 2,4 milhões de postos de trabalho formais, respectivamente, no setor de serviços⁴ e na administração pública. Conjuntamente, esses dois setores foram responsáveis por 95% do total dos empregos formais gerados entre 1985 e 2002. No setor de serviços, incluindo o comércio, o estoque de emprego formal cresceu de 8,7 milhões em 1985 para 14 milhões em 2002. Deve-se destacar, ainda, que, do total de 8,2 milhões de empregos formais criados, 7,7 milhões foram gerados no setor de serviços e na administração pública: dos 5,3 milhões de empregos criados naquele setor, 2,2 milhões foram criados no comércio e 3,1 milhões no subgrupo serviços (COSTANZI, 2004).

⁴ Inclusive comércio.

A agropecuária apresentou a maior taxa de crescimento do emprego formal entre 1985 e 2002. No entanto, em termos absolutos, teve contribuição pequena, registrando-se no setor a criação de 800 mil postos de trabalho formais, o que, porém, representa muito em relação à base de comparação.

A indústria tinha um estoque de emprego formal de 6,5 milhões de trabalhadores em 1985 e, no período em referência, gerou somente 227 mil empregos. A partir de 1990, nota-se, nesse setor, uma alteração do seu comportamento, sendo o período de 1985 a 1989 marcado pela tendência do crescimento. No período de 1990 a 2002, ao contrário, ocorreu a eliminação de 944 mil postos formais de trabalho.

TABELA 3 - Estoque de emprego formal desagregado por setor de atividade econômica, 1985-2002.

	Indústria	Serviços	Agropecuária	Administração Pública	Total
1985	6.521.917	8.671.256	333.542	4.397.142	20.492.131
2002	6.749.291	14.009.085	1.138.235	6.787.302	28.683.913
Varição 2002-1985 em %	3,49	61,56	241,26	54,36	39,98
Varição média anual em %	0,20	2,86	7,49	2,59	2,00
Varição do PIB real médio anual 2002-1985 em % *	2,0	2,7	3,3	-	2,3
Varição absoluta 2002-1985	227.374	5.337.829	04.693	2.390.160	8.191.782
Participação na variação absoluta total em %	2,78	65,16	9,82	29,18	100,00
Participação no emprego total em 1985 em %	31,83	42,32	1,63	21,46	100,00
Participação no emprego total em 2002 em %	23,53	48,84	3,97	23,66	100,00

Fonte: COSTANZI (2004). Relação Anual das Informações Sociais (RAIS), 1985 a 2002.

Obs.: * Dados do IBGE extraídos do Ipeadata <<http://ipeadata.gov.br>>.

2.6 A evolução do emprego formal por setor versus região (RAIS, 1985-2002)

Semelhantemente à análise realizada nos itens anteriores, COSTANZI (2004) procedeu a um cruzamento, com os dados da RAIS para o período de 1985 a 2002, entre região e setor de atividade econômica.

A Tabela 4 nos mostra o comportamento do emprego formal na indústria nas cinco regiões do país. Verifica-se, inicialmente, que este comportamento diferiu bastante entre a região Sudeste, a mais industrializada, e as demais regiões. Naquela região, houve uma queda de 13,7% (-0,9% a.a.) do estoque de emprego formal na indústria no período; nas demais regiões, verificou-se um crescimento do volume dos postos de trabalho formais, destacando-se as regiões Centro-Oeste (99,5% ou 4,1% a.a.), Sul (34,3% ou 1,8% a.a.) e Norte (30,4% ou 1,6% a.a.).

TABELA 4 - Estoque de emprego formal no setor industrial, 1985-2002.

Indústria	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
Estoque de emprego formal em 2002	942.278	242.995	3.597.187	1.620.040	346.791	6.749.291
Estoque de emprego formal em 1985	787.363	186.298	4.168.194	1.206.205	173.857	6.521.917
Varição 2002-1985 em %	19,7	30,4	-13,7	34,3	99,5	3,5
Varição média Anual	1,1	1,6	-0,9	1,8	4,1	0,2
Var. absoluta 2002-1985	154.915	56.697	-571.007	413.835	172.934	227.374
Part. na var. absoluta Em %	68,1	24,9	-251,1	182,0	76,1	100,0

Fonte: Relação Anual das Informações Sociais (RAIS), 1985 a 2002.
Elaboração de COSTANZI (2004).

Em termos de variação absoluta, pode-se destacar que o Sudeste apresentou uma eliminação de aproximadamente 570 mil postos de trabalho formais na indústria no período mencionado, enquanto as demais regiões, conjuntamente, criaram 800 mil empregos formais nesse setor para o referido período. Desse total de cerca de 800 mil postos de trabalho formais criados na indústria pelas quatro regiões do país, com exceção da região Sudeste, a região Sul

destaca-se, a qual gerou cerca de 414 mil empregos nesse período. Desse modo, esta região passou a responder, em 2002, por cerca de um quarto do emprego formal na indústria.

De acordo com Costanzi (2004), entre os subgrupos dentro da indústria (extrativa mineral, transformação, serviços industriais de utilidade pública e construção civil) foi registrada queda no estoque de emprego formal somente na extrativa mineral, a saber, -21,4% e na de transformação (-0,001%), para o país como um todo. Na indústria extrativa mineral, a queda ocorreu em todas as regiões, com exceção do Nordeste, enquanto na indústria de transformação a queda ocorreu exclusivamente na região Sudeste, havendo uma eliminação de 684 mil postos de trabalho.

A Tabela 5 mostra o estoque de emprego formal no setor de serviços para todas as regiões, sendo que as que apresentaram o maior incremento do emprego formal de 1985 a 2002 foram o Norte (4,3% a.a.), Centro-Oeste (4,1% a.a.) e o Nordeste (3,3% a.a.). As regiões Sul e Sudeste apresentaram também um bom ritmo de crescimento do emprego formal no setor de serviços (2,7% a.a. e 2,6% a.a., respectivamente).

TABELA 5 - Estoque de emprego formal no setor de serviços *, 1985-2002.

Serviços	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
Estoque de emprego formal em 2002	2.043.77	498.038	8.064.334	2.372.808	1.029.928	14.009.085
Estoque de emprego formal em 1985	1.178.671	243.070	5.226.904	1.501.463	521.128	8.671.256
Variação 2002-1985 em %	73,4	104,9	54,3	58,0	97,6	61,6
Var. média anual	3,3	4,3	2,6	2,7	4,1	2,9
Part. no total em 2002 em %	14,6	3,6	57,6	16,9	7,4	100,0
Part. no total em 1985 em %	13,6	2,8	60,3	17,3	6,0	100,0
Var. absoluta 2002-1985	865.306	254.968	2.837.430	871.345	508.800	5.337.829
Part. na var. absoluta em %	16,2	4,8	53,2	16,3	9,5	100,0

Fonte: COSTANZI (2004). Relação Anual das Informações Sociais (RAIS), 1985 a 2002.

Obs.: * inclui Comércio e Serviços.

Neste contexto, deve-se citar o papel que os serviços domésticos vêm desempenhando ao longo dos últimos anos. Na América Latina e no Brasil, o interesse pelo estudo do serviço doméstico remunerado prende-se ao fato de que as trabalhadoras domésticas — definidas como pessoas que servem a um indivíduo ou família dentro de casa — representam cerca de 20% da PEA feminina na América Latina e no Caribe (CHANEY; CASTRO, 1993). No Brasil, em 1995, representavam 19% das mulheres trabalhadoras e essa participação se manteve constante ao longo da década de 1985 a 1995 (PNAD/IBGE, 1995).

Segundo Rocha (1997), conhecer a dinâmica das atividades que constituem o serviço doméstico é um passo importante para desvendar a realidade de um país, com tão grandes contradições sociais e 20 milhões de pessoas vivendo na mais absoluta miséria. Desse modo, o serviço doméstico remunerado é um bolsão de ocupação para a mão-de-obra feminina no Brasil, porque constitui culturalmente o *lugar da mulher* e a execução dessas tarefas não exige nenhuma qualificação. Essa atividade, por isso, é o refúgio dos trabalhadores com baixa escolaridade e sem treinamento na sociedade (MELO, 1998).

Ainda segundo Melo (1998), o serviço doméstico remunerado ainda é a principal ocupação das mulheres brasileiras apesar da perda de dinamismo dessa atividade na economia. Em 1995 eram quase 5 milhões de brasileiras e 350 mil homens nessa ocupação. Houve um pequeno aumento na participação masculina na década de 1990, provavelmente explicada pela recessão econômica e reestruturação industrial.

Assim, o serviço doméstico remunerado tem um papel importante na absorção das mulheres de menor escolaridade e sem experiência profissional no mercado de trabalho. Funciona como a porta de entrada para as jovens migrantes rural-urbanas brasileiras. Há, por isso, uma forte presença de crianças do sexo feminino exercendo essas atividades. Vale ressaltar, ainda, que mesmo que se considere o salário em espécie (casa e comida), essa atividade é um dos subsetores econômicos de pior remuneração da classe trabalhadora. Considerada pela sociedade como uma ocupação subalterna e fora do circuito mercantil, não-especializada para quem a realiza: mulheres ou homens (MELO, 1998).

Do mesmo modo como foi observado no setor de serviços como um todo, verificou-se crescimento do emprego formal para todas as regiões do Brasil na agropecuária (Tabela 6).

Sendo as seguintes regiões as que apresentaram as maiores taxas: Norte (8,8% a.a.), Nordeste (8,1% a.a.) e Centro-Oeste (11,8% a.a.). Esta última destaca-se, apresentando a maior taxa e foi a região que mais impulsionou a agronegócio no país, merecendo destaque o desenvolvimento da cultura da soja nesta região. As regiões Sul e Sudeste apresentaram também bom desempenho do emprego formal na agropecuária: respectivamente, 6,9% a.a. e 6,7% a.a.

TABELA 6 - Estoque de emprego formal no setor de agropecuária, 1985-2002.

Agropecuária	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
Estoque de emprego formal em 2002	195.554	32.087	578.110	187.417	145.067	1.138.235
Estoque de emprego formal em 1985	51.962	7.621	191.925	60.227	21.733	333.468
Variação 2002-1985 Em %	276,3	321,0	201,2	211,2	567,5	241,3
Var. média anual	8,1	8,8	6,7	6,9	11,8	7,5
Part. no total em 2002 em %	17,2	2,8	50,8	16,5	12,7	100,0
Part. no total em 1985 em %	15,6	2,3	57,6	18,1	6,5	100,0
Var. absoluta 2002-1985	143.952	24.466	386.185	127.190	123.190	804.767
Part. na var. absoluta Em %	17,8	3,0	48,0	15,8	15,3	100,0

Fonte: COSTANZI (2004). Relação Anual das Informações Sociais (RAIS), 1985 a 2002.

Nesse setor, a região que apresentou o maior incremento do emprego formal foi o Centro-Oeste, provavelmente estimulado pelo agronegócio e, em particular, pela soja. No entanto, a região Sudeste, tendo em vista o estoque inicial de emprego formal, é aquela na qual houve a maior geração absoluta de empregos formais, tanto na área de serviços, quanto na área agropecuária.

Todas essas considerações até este ponto fornecem importantes subsídios para as políticas públicas de geração de emprego e renda. O crescimento econômico efetivamente é uma variável fundamental para a criação de postos de trabalho formais. Do ponto de vista das empresas, dos setores e das regiões prioritárias para investimentos geradores de emprego e renda, é necessário considerar os seguintes fatores: tamanho do estoque emprego formal, dinamismo econômico e relação entre crescimento e emprego formal.

Levando-se em conta o dinamismo econômico, as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste seriam as prioritárias para políticas públicas de geração de emprego e renda, visto que foram elas que apresentaram a maior taxa de crescimento de 1985 a 2002. Desse modo, as políticas regionais ganhariam destaque no âmbito da geração de emprego e renda.

Vale destacar também que a região Nordeste, com cerca de 17% do estoque de emprego formal do país, apresentou a melhor relação entre variação do emprego/variação do PIB real e foi a segunda região que mais gerou postos de trabalho formais em termos absolutos nesse período.

No entanto, um processo de crescimento econômico como o que tem ocorrido no Brasil, puxado pelas exportações agropecuárias e industriais, tende a ter um impacto limitado sobre o emprego, visto que a agropecuária representa apenas 4% do estoque de emprego formal no Brasil e gerou apenas 800 mil postos de trabalho formais no período de 1985 a 2002. Tal fato mostra que a agropecuária, pelo menos diretamente, tem limitações para a geração de emprego formal em massa.

Para que se obtenha um melhor desempenho do emprego formal, é necessário não apenas que ocorra uma retomada do crescimento econômico sustentado, com taxas mais elevadas de incremento do PIB, mas também o aumento da renda das famílias e/ou o incremento da massa salarial real, os quais têm papel essencial para estimular a demanda por serviços, da indústria alimentícia e da construção civil. Em 2004, no primeiro trimestre, o PIB cresceu de 2,7% e foi fortemente impulsionado pelas exportações (19,3%), com desempenho modesto do consumo das famílias (1,2%). Do ponto de vista setorial, o crescimento foi puxado pela agropecuária (6,4%) e pela indústria de transformação (6,0%), tendo o setor de serviços um desempenho bem pior (1,2%) e da construção civil (-2,3%).

Com relação à renda média do trabalhador, esta continua apresentando uma tendência de queda. Em termos nominais, a renda média das pessoas ocupadas corresponde a R\$ 793,61, o que equivale a 3,96 salários mínimos (aproximadamente 4 salários mínimos). Segundo Pesquisa Mensal de Emprego (2002), na comparação dos rendimentos médios entre maio e junho de 2002, dentre as regiões metropolitanas, o rendimento variou mais expressivamente no Rio de Janeiro, em Salvador e em Porto Alegre. Na primeira região, o indicador diminuiu 2,5% e nas duas últimas aumentou 2,7% e 2,0%, respectivamente. Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (2002) de junho de 2001 a junho de 2002, o rendimento médio caiu em quatro das seis regiões pesquisadas, com destaque para Porto Alegre (-3,9%). Em Recife e em Salvador, o rendimento cresceu (1,1% e 0,8%, respectivamente). A renda média dos ocupados no Brasil, na comparação entre junho de 2001 e 2002, caiu em todos os setores de atividade econômica com as exceções dos setores de indústria de transformação (aumento da renda média) e serviços (a renda média manteve-se praticamente estável). (FILGUEIRAS et al, 2002).

Segundo Villela e Docca (2002) a queda da renda do trabalhador acumulada desde 1998 foi de 14% (até o primeiro semestre daquele ano). No acumulado do primeiro semestre de 2002, a renda média das pessoas ocupadas apresentou uma queda de 4,3% na comparação com mesmo período de 2001.

3 METODOLOGIA

3.1 Aspectos conceituais

O enfoque da Economia Regional é utilizado para a formulação dos padrões regionais do crescimento econômico. Para esta análise são usadas com frequência medidas de localização e de especialização (WANDERLEY; SANCHES, 1997). Estas medidas são de natureza descritiva e utilizados em estudos de natureza exploratória sendo comum usá-las juntamente com outras técnicas de análise (SIMÕES, 2005).

De acordo com Haddad (1989) as medidas de localização⁵ são consideradas de natureza setorial e se preocupam com a localização das atividades entre as regiões, ou seja, preocupam identificar padrões de concentração ou de dispersão espacial do emprego setorial, num dado período ou em dois ou mais períodos. A primeira das medidas mencionadas, o Quociente Locacional, pode ser considerada a principal e a mais difundida medida de localização. Esta medida compara a participação percentual de um estado *j*, por exemplo, em um setor *i* com a participação percentual do mesmo estado *j* na economia de referência.

Por outro lado às medidas de natureza regional (especialização⁶) se concentram na análise da estrutura produtiva de cada região, objetivando investigar o grau de especialização ou de diversificação das economias regionais num dado período ou entre dois ou mais períodos. O Coeficiente de Especialização compara a estrutura produtiva de um estado, por exemplo, com a estrutura produtiva da região à qual tal estado pertença. Desse modo, o Coeficiente de Especialização mede o grau de concentração de um certo estado em relação aos setores de atividade econômica que nele estão implantados. Por sua vez, o Coeficiente de Reestruturação relaciona a estrutura de emprego em um estado *j* entre dois períodos, a fim de avaliar o grau de mudança na especialização do estado em questão, por exemplo.

⁵ Pode-se citar como medidas de localização: quociente locacional, coeficiente de localização, coeficiente de associação geográfica e o coeficiente de redistribuição.

⁶ Destacam-se o coeficiente de especialização e o coeficiente de reestruturação.

Para se analisar o comportamento da mão-de-obra nos diversos ramos ou setores de atividades econômicas nos diversos estados da Região Nordeste, pretende-se empregar, além das medidas de localização e especialização já mencionadas, o modelo estrutural-diferencial. Este método tem sido utilizado em análise de projeções das economias regionais e identifica os componentes do crescimento da variável em estudo. Segundo Haddad e Andrade (1989) este método considera de forma mais consistente elementos das teorias de localização.

3.2 Métodos de Análise

3.2.1 Medidas de Localização e Especialização

As medidas de localização e especialização indicam, segundo Piacenti e Lima (2002), apud Stamm et al. (2005), o padrão do crescimento econômico de uma região e suas subregiões. No presente trabalho, elas proporcionarão um quadro de análise dos estados da região Nordeste, em seus diversos setores de atividade econômica, em relação ao conjunto da referida região.

A fim de se calcular as medidas de especialização e localização, as informações serão organizadas em uma matriz que relaciona a distribuição setorial-espacial da variável-base, a mão-de-obra, na presente pesquisa. As linhas de tal matriz mostram a distribuição da mão-de-obra entre os estados do Nordeste, e as colunas mostram a mão-de-obra por setores de cada um dos estados, de acordo com a Figura 1.

	← Setores i →		
↑ Estados j ↓		↑	
	←	C_{ij}	→
		↓	
		$\sum_j C_{ij}$	$\sum_i C_{ij}$

Fonte: Haddad (1989).

Figura 1 – Matriz de informações para análise de dados.

Desse modo, são definidas os seguintes termos:

C_{ij} = Mão-de-obra no setor i do estado j;

$\sum_j C_{ij}$ = Mão-de-obra no setor i de todos os estados do Nordeste;

$\sum_i C_{ij}$ = Mão-de-obra em todos os setores do estado j;

$\sum_i \sum_j C_{ij}$ = Mão-de-obra em todos os setores e todos os estados da região Nordeste.

Partindo-se dessa matriz de informações, são descritas a seguir as medidas de localização e especialização que serão utilizadas no presente estudo:

- a) Quociente Locacional – QL: é utilizado para comparar a participação percentual de um determinado estado em um setor em particular com a participação percentual desse mesmo estado no total do emprego da economia regional. Este quociente

locacional pode ser analisado a partir de setores específicos ou no seu conjunto; ele é expresso pela equação (1).

$$QL_{ij} = \frac{\frac{C_{ij}}{\sum_j C_{ij}}}{\frac{\sum_i C_{ij}}{\sum_i \sum_j C_{ij}}} \quad (1)$$

Assim, a importância do estado j no contexto da região Nordeste, em relação ao setor i , é demonstrada quando QL_{ij} assume valores maiores do que um. Visto ser o quociente medido a partir de informações do número de empregados (C), podem-se verificar aqueles setores que apresentam relativa especialidade no estado de referência.

- b) Coeficiente de Especialização – CEsp: esta é uma medida de análise em nível regional e concentra-se na estrutura produtiva de cada estado, fornecendo informações sobre o nível de especialização da economia em um determinado período. É dado pela equação (2).

$$CEsp_j = \frac{\sum_i \left(\frac{C_{ij}}{\sum_i C_{ij}} \right) - \left(\frac{\sum_j C_{ij}}{\sum_i \sum_j C_{ij}} \right)}{2} \quad (2)$$

Através do coeficiente de especialização, compara-se a economia de um estado com a economia do Nordeste no seu conjunto. Para resultado igual a 0 (zero), o estado possui composição idêntica à do Nordeste. Por outro lado, coeficiente igual ou próximo de 1 (um) demonstra um elevado grau de especialização ligado a um determinado setor de atividade, ou ainda possui uma estrutura de distribuição totalmente diversa da estrutura de distribuição regional.

- c) Coeficiente de Reestruturação – CR: relaciona a estrutura da mão-de-obra por estados entre dois períodos, ano base 0 e ano 1, objetivando verificar o grau de

mudança na especialização dos estados que compõem a região Nordeste. Tal coeficiente é expresso pela equação (3):

$$CR = \frac{\sum_i \left[\left(\frac{C_{ij}}{\sum_i C_{ij}} \right)_{T_1} - \left(\frac{C_{ij}}{\sum_i C_{ij}} \right)_{T_0} \right]}{2} \quad (3)$$

Caso este coeficiente seja igual a 0 (zero), isso indica que não ocorreu modificação na estrutura setorial do estado em referência. Sendo igual a 1 (um), o coeficiente demonstra reestruturação.

3.2.2 O Método Estrutural-Diferencial

Este modelo é também conhecido como *shift-share* e tem sido amplamente utilizado, inclusive em versões modificadas. Sua virtude consiste no fato de que, embora descritivo, permite medir fontes de crescimento dos agregados econômicos com enfoque regional, conforme descrito por Curtis (1972) e Lodder (1974).

Apesar desse modelo ser bastante utilizado, tomou-se por base, em especial, o referencial de Stamm et al. (2005). Admite-se que o crescimento de determinado setor i , numa dada região j (no presente caso, um dado estado da região Nordeste), pode ser decomposto em um efeito estrutural ou proporcional e em um efeito diferencial ou regional.

O primeiro desses efeitos, o estrutural, reflete a composição setorial em nível estadual, indicando, quando positivo, a predominância de setores mais dinâmicos da economia, ou seja, de setores com taxa de crescimento maior do que a do conjunto da economia nordestina.

Com relação ao efeito diferencial ou regional, este indicaria, quando positivo, que o setor está crescendo mais em um dado estado do que em outros, refletindo, desse modo, a presença de fatores locais propiciadores desse diferencial de crescimento, evidenciando que o estado em particular se apresenta especialmente vantajoso para a produção desse setor, relativamente à região Nordeste.

Para se construir o modelo *shift-share*, é necessária, primeiro, a elaboração da chamada “Matriz de Informações”. Visto ser este um modelo de estática-comparativa, precisa-se de pelo menos duas dessas matrizes, uma referente ao período-base, ou ano 0, e a outra referente ao ano 1 considerado.

A Matriz de Informações é formada, em suas linhas, pelos estados do Nordeste e, em suas colunas, pelos setores, conforme pode ser melhor observado na Figura 2:

Setores				
	1	2...	j...	n
Estados				
1	E_{11}	E_{12}	$E_{1j...}$	E_{1n}
2	E_{21}	E_{22}	$E_{2j...}$	E_{2n}
....
i	E_{i1}	E_{i2}	E_{ij}	E_{in}
....
k	E_{k1}	$E_{k2} \dots$	$E_{kj} \dots$	E_{kn}

Fonte: Lodder (1974).

Figura 2 – Matriz de informações para o modelo *shift-share*;

Esquemáticamente,

$$A = E_{ij} \left\{ \begin{array}{l} i = 1, 2, \dots, n \\ j = 1, 2, \dots, k \end{array} \right\} \quad (4)$$

Tem-se, ainda, que:

A_0 = ano base;

A_1 = ano fim do período;

E''_{ij} = mão-de-obra no fim do período no setor i, estado j;

E'_{ij} = mão-de-obra no ano base no setor i, estado j;

α_{ij} = taxa de crescimento da mão-de-obra do setor i, estado j;

α_{it} = taxa de crescimento da mão-de-obra do setor i na região Nordeste;

α_{tt} = taxa de crescimento da mão-de-obra na região Nordeste.

Assim:

$$E''_{ij} = E'_{ij} + \Delta E''_{ij}$$

Tem-se:

$$\Delta E''_{ij} = E''_{ij} - E'_{ij}$$

Onde:

$$E''_{ij} = E'_{ij} \left(\frac{E''_{ij}}{E'_{ij}} \right) = E'_{ij} \cdot \alpha_{ij}$$

Daí resulta:

$$\Delta E''_{ij} = E'_{ij} (\alpha_{ij} - 1) \quad (5)$$

Considere-se ainda que:

$$\alpha_{tt} = \frac{E''_{tt}}{E'_{tt}}, \text{ taxa de crescimento da mão-de-obra na região Nordeste;}$$

$$\alpha_{it} = \frac{E''_{it}}{E'_{it}}, \text{ taxa de crescimento da mão-de-obra do setor } i \text{ em nível de Nordeste.}$$

Somando-se e subtraindo-se esses dois valores da equação (5), ela não se alterará:

$$\Delta E''_{ij} = E'_{ij} (\alpha_{ij} - 1 + \alpha_{tt} - \alpha_{tt} + \alpha_{it} - \alpha_{it})$$

Se o segundo membro for decomposto em parcelas, ter-se-á:

$$\Delta E''_{ij} = E'_{ij} (\alpha_{tt} - 1) + E'_{ij} (\alpha_{it} - \alpha_{tt}) + E'_{ij} (\alpha_{ij} - \alpha_{it}) \quad (6)$$

Substituindo o valor de $\Delta E''_{ij}$ dado por (6) na equação (5) resulta:

$$\begin{aligned} E''_{ij} &= E'_{ij} + E'_{ij} (\alpha_{tt} - 1) + E'_{ij} (\alpha_{it} - \alpha_{tt}) + E'_{ij} (\alpha_{ij} - \alpha_{it}); \\ E''_{ij} - E'_{ij} - E'_{ij} (\alpha_{tt} - 1) &= E'_{ij} (\alpha_{it} - \alpha_{tt}) + E'_{ij} (\alpha_{ij} - \alpha_{it}); \\ (E''_{ij} - E'_{ij}) - E'_{ij} (\alpha_{tt} - 1) &= E'_{ij} (\alpha_{it} - \alpha_{tt}) + E'_{ij} (\alpha_{ij} - \alpha_{it}). \end{aligned} \quad (7)$$

A equação (7) fornece os valores correspondentes a cada efeito definido pelo modelo, os quais foram mencionados anteriormente:

- a) $VLT_{ij} = (E''_{ij} - E'_{ij}) - E'_{ij} (\alpha_{tt} - 1)$: a Variação Líquida Total; é a diferença entre a variação efetiva da mão-de-obra de i em j e a variação teórica da mão-de-obra, isto é, aquela que o setor i teria no estado j , caso crescesse à taxa do Nordeste α_{tt} ;
- b) $VLP_{ij} = E'_{ij} (\alpha_{it} - \alpha_{tt})$: a Variação Líquida Proporcional (Estrutural); corresponde à parte da VLT causada por uma realocação de atividades (para o estado i ou do estado j). Ela representa o montante adicional (positivo ou negativo) de emprego que um estado poderá obter como resultante de sua composição industrial: a participação de setores dinâmicos e setores de crescimento lento. Pela fórmula, observa-se que a diferença entre as taxas setorial e da região Nordeste indica que o estado possui vantagens comparativas para o desenvolvimento do setor. Resumindo, pode-se afirmar que um efeito proporcional positivo indica uma concentração da estrutura ocupacional do estado em setores de alto dinamismo, enquanto o efeito proporcional negativo indica uma economia baseada em setores não-dinâmicos;
- c) $VLD_{ij} = E'_{ij} (\alpha_{ij} - \alpha_{it})$: a Variação Líquida Diferencial; corresponde àquela parte do efeito total determinada por uma maior ou menor participação no crescimento setorial em nível regional, ou seja, indica o montante positivo (ou negativo) de emprego que o estado j conseguirá porque a taxa de crescimento do emprego, em determinados setores, foi maior (ou menor) neste estado do que na média no Nordeste. Um sinal positivo para a VLD pode ser explicado pela especialização do estado nos setores de atividades dinâmicos.

Simbolicamente, tem-se para o setor i do estado j :

$$VLT_{ij} = VLD_{ij} + VLP_{ij}$$

Torna-se interessante conhecer esses efeitos em nível estadual. Para isso, basta somar os valores encontrados para os k setores.

Desse modo:

$$\sum_{i=1}^k VLT_{ij} = \sum_{i=1}^k VLD_{ij} + \sum_{i=1}^k VLP_{ij}$$

Tem-se, pois:

$$\mathbf{VLT}_j = \mathbf{VLD}_j + \mathbf{VLP}_j \quad (8)$$

A equação (8) é idêntica à equação (7), somente modificaram-se os símbolos. Na aplicação ao caso regional, ambas as equações serão utilizadas: a (7) para fins de cálculo dos valores e a (8) para fins de interpretação dos dados.

O método estrutural-diferencial permite a identificação de fatores que operam de forma mais ou menos uniforme em nível regional e daqueles que atuam mais especificamente em um estado. Ele torna possível, ainda, a comparação entre os padrões de crescimento dos setores econômicos em diferentes estados.

No entanto, o modelo apresenta limitações e uma delas é que ele revela apenas tendências e regularidades, sem identificar os fatores econômicos que na realidade explicam os padrões de comportamento observados. Isto significa que os valores encontrados não podem ser interpretados como automaticamente válidos para o futuro. Em outras palavras, não se pode dar aos resultados uma interpretação dinâmica, visto ser o método do tipo estática-comparativa.

3.3 Fonte dos dados

Os dados utilizados na presente Dissertação são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, para os anos de 1995 e 2003 (microdados). Esse período foi escolhido por captar as mudanças ocorridas na economia brasileira, sobretudo a abertura comercial à economia internacional, e os possíveis impactos sobre a mão-de-obra ocupada na economia do Nordeste. Esses dados, após a expansão da amostra, representam a totalidade da região Nordeste. A variável-base empregada nas medidas de análise regional foi a mão-de-obra ocupada, de 10 anos ou mais de idade, a qual foi decomposta por setores de atividade. São classificadas como ocupadas no período de referência especificado (semana de referência ou período de referência de 365 dias ou de menos de 4 anos) as pessoas que tinham trabalho durante todo ou parte desse período. Incluíram-se, ainda, como ocupadas as pessoas que não exerceram o trabalho remunerado que tinham no período especificado por motivo de férias, licença, greve, etc (PNAD, 2003). Explica-se a utilização dessa variável pelo dinamismo de seu impacto na

economia por setor ao longo do tempo. Desse modo, tal variável se tornaria um suporte e um reflexo do crescimento setorial em nível de estado da região Nordeste.

Com relação à definição dos setores de atividades utilizados no presente trabalho, procedeu-se a uma agregação dos grupos de atividades definidas pela PNAD. Assim, passa-se a especificar melhor os procedimentos adotados nesta agregação, bem como de compatibilização dos grupos de atividade entre os anos de referência no estudo.

Os setores de atividade na PNAD de 1995 encontram-se do seguinte modo: são discriminadas 167 atividades, que tinham por base o Censo de 1991, que reunidas em 11 Ramos de Atividade, a saber: Agrícola, Indústria de transformação, Indústria da construção, Outras atividades industriais, Comércio de mercadorias, Prestação de serviços, Serviços auxiliares das atividades econômicas, Transporte e comunicação, Social, Administração pública e Outras atividades.

No entanto, a partir do Censo referente ao ano 2000, e na PNAD de 2002, foi adotada, para as ocupações e atividades, a Classificação Nacional de Atividades Econômicas. Nessa classificação foram definidos 13 grupos de atividades, os quais correspondem aos ramos de atividade das pesquisas anteriores. Esses novos grupos são os seguintes: Agrícola, Indústria, Indústria de transformação, Construção, Comércio e reparação, Alojamento e alimentação, Transporte, armazenagem e comunicação, Administração pública, Educação, saúde e serviços sociais, Serviços domésticos, Outros serviços coletivos, sociais e pessoais, Outras atividades, Atividades mal definidas ou não declaradas.

As 167 atividades que existiam antes foram distribuídas entre esses sub-grupos. Para se verificar como foram feitas as correspondências de atividades com a PNAD e o Censo Demográfico de 1991, foi utilizado o documento “CNAE-Domiciliar e correspondência com a CNAE e PNAD”. Adequadas as atividades da PNAD de 1993 à classificação da PNAD de 2002, através deste documento, e de acordo com a recodificação e as variáveis utilizadas pela Prof^a. Ângela Kageyama (ver anexo C), e seguindo metodologia da referida autora (2004), foram formados sete grupos de atividades que foram utilizados para o estudo, conforme apresentados a seguir:

- 1) Agrícola;
- 2) Indústria (Indústria + Indústria de transformação);
- 3) Construção;
- 4) Comércio e reparação;
- 5) Administração pública, educação, saúde (Administração pública + Educação, saúde e serviços sociais);
- 6) Serviços domésticos;
- 7) Outras atividades (Alojamento e alimentação + Transporte, armazenagem e comunicação + Outros serviços coletivos, sociais e pessoais + Outras atividades + Atividades mal definidas ou não declaradas).

Assim, as análises serão feitas considerando os sete grupos de atividades e os nove estados que compõem a região Nordeste do Brasil.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A mão-de-obra ocupada no Nordeste: uma análise descritiva

O estudo do comportamento setorial da mão-de-obra ocupada nos Estados do Nordeste procurou apontar aqueles que se mostraram mais dinâmicos, bem como aqueles menos dinâmicos, que necessitam de políticas públicas afim de poderem contribuir para o aumento da geração de empregos, tanto direta quanto indiretamente. Segundo Lima (1995), a economia nordestina exhibe atualmente algumas áreas dinâmicas com potencialidade de diversificação que cabem ser reforçadas e exploradas. Por outro lado, a recuperação do crescimento econômico irá afetar também as áreas menos dinâmicas, criando condições para a expansão do mercado regional e de novos investimentos. Paralelamente aos pólos maiores, têm surgido na Região algumas áreas dinâmicas de menor dimensão, que estão localizadas em cidades de médio porte e que também precisam ser estimuladas, visto que apresentam significativo potencial de absorção de força de trabalho em pequenas empresas em áreas urbanas. Nesse caso também se inserem algumas áreas em que se têm desenvolvido atividades agropecuárias com base técnica evoluída, mas ainda localizadas, como é o caso do Agreste, cuja consolidação e expansão poderá contribuir com a criação de novos postos de trabalho.

As Tabelas 7 e 8 mostram a mão-de-obra ocupada no Nordeste por setor e por estado e a mão-de-obra total, nos anos de 1995 e 2003, respectivamente.

Analisando as referidas tabelas, pode-se perceber que a mão-de-obra ocupada entre os períodos considerados apresentou um aumento. Além disso, os setores Agrícola, Indústria e Construção apresentam uma redução no total do pessoal ocupado, na região Nordeste, o que revela um aumento do desemprego nestes setores. A queda no pessoal ocupado para esses setores encontra-se distribuída do seguinte modo: o setor Agrícola apresenta uma redução de 4,5%; a Indústria, uma redução de 1,4% e a Construção apresenta uma redução de 3,00%.

TABELA 7 - Mão-de-obra ocupada por setor e por Estado – 1995.

Setores Estados	Setores							Total
	Agrícola	Indústria	Construção	Comércio e Reparação	Administração pública	Serviços domésticos	Outras atividades	
Maranhão	1.471.716	164.065	58.188	257.002	222.269	45.259	270.739	2.489.238
Piauí	673.639	114.098	67.204	124.511	164.633	30.738	130.249	1.305.072
Ceará	1.174.943	428.946	157.322	396.646	338.086	98.065	445.903	3.039.911
Rio G .do Norte	323.483	153.169	59.455	174.837	166.269	50.387	177.358	1.104.958
Paraíba	612.293	132.524	66.815	192.229	240.449	43.267	201.540	1.489.117
Pernambuco	1.033.922	398.323	163.303	521.467	341.415	136.933	557.910	3.153.273
Alagoas	420.305	106.793	39.617	141.819	164.776	22.969	154.453	1.050.732
Sergipe	256.069	81.579	28.979	91.973	100.790	27.718	109.294	696.402
Bahia	2.549.792	460.375	519.896	653.520	575.083	214.075	823.392	5.796.133
Total	8.516.162	2.039.872	1.160.779	2.554.004	2.313.770	669.411	2.870.838	19.970.878

Fonte: PNAD- IBGE, 1995.

TABELA 8 - Mão-de-obra ocupada por setor e por Estado – 2003.

Setores Estados	Setores							Total
	Agrícola	Indústria	Construção	Comércio e Reparação	Administração pública	Serviços domésticos	Outras atividades	
Maranhão	1.164.560	184.269	172.952	425.095	279.630	144.662	273.166	2.644.334
Piauí	755.096	102.152	50.818	188.387	184.291	81.610	137.576	1.499.930
Ceará	1.131.872	539.138	177.159	587.064	361.223	232.242	494.902	3.523.600
Rio G do Norte	301.590	123.959	74.093	229.875	190.927	80.740	180.951	1.182.135
Paraíba	472.259	161.123	83.214	247.275	246.788	105.971	187.267	1.503.897
Pernambuco	1.186.231	277.134	150.097	629.342	442.304	203.876	589.386	3.478.370
Alagoas	471.502	72.123	43.909	183.544	167.334	70.732	134.987	1.144.131
Sergipe	214.540	91.437	43.760	161.982	149.900	47.671	145.988	855.278
Bahia	2.438.176	459.322	330.452	888.903	690.639	353.306	878.474	6.039.272
Total	8.135.826	2.010.657	1.126.454	3.541.467	2.713.036	1.320.810	3.022.697	21.870.947

Fonte: PNAD – IBGE, 2003.

Por outro lado, os demais setores, Comércio e reparação; Administração pública, educação, saúde; Serviços Domésticos e Outras atividades apontam para um aumento do pessoal ocupado, com uma variação assim distribuída: o Comércio e reparação mostra um aumento de 1,4%; a Administração pública, educação e saúde, um aumento de 1,2%; os Serviços domésticos mostram um aumento de 2,0% e, finalmente, Outras atividades apresenta um incremento de 1,05%.

Torna-se interessante verificar também a participação relativa de cada setor e de cada estado no total da mão-de-obra ocupada em ambos os períodos, o que é feito com auxílio das Tabelas 9 e 10.

No período de 1995 a 2003 observa-se que o setor Agrícola apresenta uma queda nos Estados do Maranhão (de 17,28% para 14,31%), Paraíba (de 7,18% para 5,80%) e Sergipe (de 3,00% para 2,63%) e, ainda, uma pequena queda no Rio Grande do Norte (de 3,79% para 3,70%). No Piauí, Pernambuco e Alagoas, esse setor apresenta um aumento considerável, respectivamente de 7,91% para 9,28%; de 12,14% para 14,58%; e de 4,93% para 5,79%. No Ceará, este setor apresenta um pequeno aumento (de 13,79% para 13,90%). E na Bahia, o setor Agrícola manteve-se praticamente estável no período analisado. Apesar do declínio dessa participação relativa do setor Agrícola nos Estados do Nordeste, neste período, este ainda apresentava o maior número do pessoal ocupado para Região.

TABELA 9 – Participação relativa dos Estados no total da mão-de-obra ocupada por setor em % – 1995.

Estado \ Setor	Setor						
	Agrícola	Indústria	Construção	Comércio e reparação	Administração pública	Serviços domésticos	Outras atividades
Maranhão	17,28	8,04	5,01	10,06	9,60	6,76	9,43
Piauí	7,91	5,59	5,78	4,87	7,11	4,59	4,53
Ceará	13,79	21,02	13,55	15,53	14,61	14,64	15,53
Rio G do Norte	3,79	7,50	5,12	6,84	7,18	7,52	6,17
Paraíba	7,18	6,49	5,75	7,52	10,39	6,46	7,02
Pernambuco	12,14	19,52	14,06	20,41	14,75	20,45	19,43
Alagoas	4,93	5,23	3,41	5,55	7,12	3,43	5,38
Sergipe	3,00	3,99	2,49	3,60	4,35	4,14	3,80
Bahia	29,94	22,56	44,78	25,58	24,85	31,97	28,68
Total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Resultado da pesquisa.

TABELA 10 – Participação relativa dos Estados no total da mão-de-obra ocupada por setor em % – 2003.

Estado \ Setor	Agrícola	Indústria	Construção	Comércio e reparação	Administração pública	Serviços domésticos	Outras atividades
Maranhão	14,31	9,16	15,35	12,00	10,30	10,95	9,03
Piauí	9,28	5,08	4,51	5,31	6,79	6,17	4,55
Ceará	13,91	26,81	15,72	16,57	13,31	17,58	16,37
Rio G do Norte	3,70	6,16	6,57	6,49	7,03	6,11	5,98
Paraíba	5,80	8,01	7,38	6,98	9,09	8,02	6,19
Pernambuco	14,58	13,78	13,32	17,77	16,30	15,43	19,49
Alagoas	5,79	3,58	3,89	5,18	6,16	5,35	4,46
Sergipe	2,63	4,54	3,88	4,57	5,52	3,60	4,82
Bahia	29,96	22,84	29,33	25,09	25,45	26,74	29,06
Total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Resultado da pesquisa.

O setor Agrícola ainda é considerado um dos mais importantes setores da economia, não apenas no Brasil, mas também no mundo. No Brasil, cerca de 17,3 milhões de pessoas estavam ocupadas na atividade agrícola, o que representou 24,24% da mão-de-obra ocupada no país, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada em 1999 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E no Nordeste, este ainda é o setor que mais possui mão-de-obra ocupada, embora tenha ocorrido uma queda de 4,5% no período em análise, queda essa não muito acentuada.

Para se entender esse fenômeno, pode-se proceder a uma desagregação dos dados das PNADs de 1995 e 2003 segundo o setor de atividade da população ocupada, a qual mostra um declínio da ocupação agrícola da ordem de 1,12% a.a. em nível de país. No entanto, 16,5 milhões de pessoas encontravam-se ocupada no setor Agrícola no Brasil em 2003, representando 29,1% da ocupação total. Em grande medida, a tendência da redução da ocupação agrícola encontra-se concentrada nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, apresentando um movimento mais lento nas regiões Nordeste e Sul. Na região Nordeste, como visto nas Tabelas 7 e 8, o setor Agrícola ainda possui o maior número do pessoal ocupado, apesar da redução ocorrida neste setor no período

analisado. Essa estabilidade da ocupação pode estar decorrendo do aumento do emprego temporário. Nesta Região, a modernização parece assumir um caráter mais extensivo e tal característica justifica tanto o comportamento como a evolução mais lenta da produtividade.

Um outro fator a merecer destaque é que a atual fase da expansão da fronteira agrícola está sendo feita com elevados índices de modernização e mecanização em praticamente todas as regiões produtoras. Segundo Balsadi et al. (2002), não se produz mais de forma modernizada apenas em São Paulo e no Centro-Sul, mesmo porque com a Guerra Fiscal e com a ocupação dos cerrados em anos recentes, as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste têm recebido muitas novas atividades, incluindo as agroindustriais (carnes, algodão, milho, soja, café, frutíferas, etc.), as quais são conduzidas com as mais modernas técnicas e tecnologias disponíveis para os agricultores. Por isso, esse conjunto de fatores tem um efeito ampliado sobre a redução de postos de trabalho no setor Agrícola.

Desse modo, a região Nordeste, entre 1995 e 2003, como um todo, apresentou queda da ordem de 380.336 postos de trabalho. Esse comportamento pode estar associado à queda de demanda da força de trabalho em importantes culturas, distribuídas por vários estados da Região, como é o caso do algodão arbóreo (que, praticamente, desapareceu na Região), do cacau, do café, da cana-de-açúcar (aqui, pode ter ocorrido uma associação entre crise de preços e secas, que resultaram em forte redução da área cultivada e da quantidade produzida, e mudança tecnológica, com maiores índices de mecanização), do fumo, da mandioca e do sisal, para citar algumas.

Merecedor de destaque é o Estado do Maranhão, que apresentou redução da mão-de-obra ocupada no setor Agrícola de 17,28% para 14,31%. Neste Estado ocorreu uma forte expansão da área cultivada com a cultura da soja e, em menor grau, com o algodão, particularmente nas regiões de cerrado. Tal redução nesse Estado pode dever-se ao fato de que essa expansão, a qual foi realizada com base em atividades capital-intensivas, não compensou a desestruturação da produção de outras culturas conduzidas em nível de subsistência por grande número de agricultores familiares, tendo como resultado líquido uma redução do contingente de trabalhadores no setor Agrícola desse Estado. Além disso, várias culturas que registraram queda da mão-de-obra ocupada estão entre as principais demandadoras na Região, que, no ano de 2000, foram as de milho, mandioca, feijão, arroz, cacau, cana-de-açúcar e caju.

O setor Indústria apresenta, na comparação inter-períodos, um aumento do pessoal ocupado para Maranhão (de 8,04% para 9,16%), Ceará (de 21,02% para 26,81%), Paraíba (de 6,49% para 8,01%), Sergipe (de 3,99% para 4,54%) e Bahia (de 22,56% para 22,84%) e declínio para Piauí (de 5,59% para 5,08%), Rio Grande do Norte (de 7,50% para 6,16%), Pernambuco (de 19,52% para 13,78%) e Alagoas (de 5,23% para 3,58%), sendo significativa a queda para o estado de Pernambuco.

O setor Construção mostrou o seguinte desempenho para os Estados da Região: crescimento de 5,01% para 15,35% no Maranhão, indicando um significativo aumento naquele Estado. No Piauí, uma queda de 5,78% para 4,51%; no Ceará, um acréscimo de 13,55% para 15,72%; no Rio Grande do Norte ocorre também um aumento do pessoal ocupado nesse setor de 5,12% para 6,57%; na Paraíba, verifica-se também um aumento de 5,75% para 7,38%; em Pernambuco, ocorre um declínio de 14,06% para 13,32%; em Alagoas ocorre um pequeno aumento de 3,41% para 3,89%; Sergipe mostra igualmente um aumento de 2,49% para 3,88% e, finalmente, na Bahia verifica-se uma queda significativa, de 44,78% para 29,33%, no período considerado.

O setor Comércio e reparação mostrou o seguinte desempenho: um aumento de sua participação para Maranhão (de 10,06% para 12,00%), Piauí (de 4,87% para 5,31%), Ceará (de 15,53% para 16,57%) e Sergipe (de 3,60% para 4,57%). Já para os Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Bahia, o setor 4 mostra um declínio, respectivamente de 6,84% para 6,49%; de 7,52% para 6,98%; de 20,41% para 17,77%; de 5,55% para 5,18%; e de 25,58% para 25,09%.

O setor Administração pública, educação e saúde apresentou um acréscimo de sua participação relativa para os Estados de Maranhão (de 9,60% para 10,30%), Pernambuco (de 14,75% para 16,30%), Sergipe (de 4,35% para 5,52%) e Bahia (de 24,85% para 25,45%). Por outro lado, este setor mostrou um declínio para os Estados de Piauí (de 7,11% para 6,79%), Ceará (de 14,61% para 13,31%), Rio Grande do Norte (de 7,18% para 7,03%), Paraíba (de 10,39% para 9,09%) e Alagoas (de 7,12% para 6,16%).

O setor Serviços domésticos mostrou variações bastante significativas para alguns Estados da Região, tanto de aumento quanto de declínio. Tal setor aumentou sua participação

relativa para Maranhão (de 6,76% para 10,95%), Piauí (de 4,59% para 6,17%), Ceará (de 14,64% para 17,58%), Paraíba (de 6,46% para 8,02%) e Alagoas (de 3,43% para 5,35%). O declínio verificou-se para Rio Grande do Norte (de 7,52% para 6,1%), Pernambuco (de 20,45% para 15,43%), Sergipe (de 4,14% para 3,60%) e Bahia (de 31,97% para 26,74%).

Por fim, o setor Outras atividades mostrou um pequeno aumento para o Piauí (de 4,53% para 4,55%) e para Pernambuco (de 19,43% para 19,49%); com relação aos Estados do Ceará, Sergipe e Bahia, tal aumento foi mais significativo, sendo respectivamente de 15,53% para 16,37%; de 3,80% para 4,82%; e de 28,68% para 29,06%. Para o Maranhão, ocorreu uma queda (de 9,43% para 9,03%); o mesmo ocorreu para Rio Grande do Norte (de 6,17% para 5,98%), Paraíba (de 7,02% para 6,19%) e Alagoas (de 5,38% para 4,46%).

As Tabelas 11 e 12 mostram o comportamento da mão-de-obra de cada setor frente ao pessoal ocupado de cada Estado.

TABELA 11 – Participação relativa do setor no total da mão-de-obra ocupada por estado em % – 1995.

Estado \ Setor	Agrícola	Indústria	Construção	Comércio e reparação	Administração pública	Serviços domésticos	Outras atividades	Total
Maranhão	59,12	6,60	2,34	10,32	9,00	1,82	10,90	100
Piauí	51,62	8,74	5,15	9,54	12,61	2,35	10,00	100
Ceará	38,65	14,11	5,17	13,05	11,12	3,22	14,67	100
Rio G. do Norte	29,27	13,86	5,40	15,82	15,04	4,56	16,05	100
Paraíba	41,11	8,90	4,50	13,00	16,15	3,00	13,53	100
Pernambuco	32,80	12,63	5,17	16,54	10,83	4,34	17,70	100
Alagoas	40,00	10,16	3,80	13,50	15,70	2,20	14,70	100
Sergipe	36,77	11,71	4,16	13,21	14,50	4,00	15,70	100
Bahia	44,00	7,94	9,00	11,30	10,00	4,00	14,20	100

Fonte: Resultado da pesquisa.

TABELA 12 – Participação relativa do setor no total da mão-de-obra ocupada por estado em % – 2003.

Estado \ Setor	Agrícola	Indústria	Construção	Comércio e reparação	Administração pública	Serviços domésticos	Outras atividades	Total
Maranhão	44,03	7,00	6,54	16,10	10,60	5,47	10,33	100
Piauí	50,34	6,81	3,40	12,56	12,30	5,44	9,17	100
Ceará	32,12	15,30	5,03	16,70	10,25	6,60	14,04	100
Rio G. do Norte	25,51	10,50	6,30	19,44	16,15	6,83	15,31	100
Paraíba	31,40	10,71	5,53	16,44	16,41	7,05	12,45	100
Pernambuco	34,10	8,00	4,31	18,10	12,71	5,86	16,94	100
Alagoas	41,21	6,30	3,83	16,04	14,62	6,20	11,80	100
Sergipe	25,08	10,70	5,12	19,00	17,53	5,60	17,07	100
Bahia	40,37	7,60	5,47	14,72	11,43	5,86	14,55	100

Fonte: Resultado da pesquisa.

O comportamento da mão-de-obra apresentou-se do seguinte modo no período 1995 e 2003: o setor Agrícola, em ambos os períodos, constituiu-se naquele que possuía o maior percentual do pessoal total ocupado de cada Estado, embora tenha mostrado uma queda relativa de sua importância para todos os Estados da Região, distribuindo-se assim: no Maranhão, de uma participação relativa de 59,12% em 95, declina para 44,03%; no Piauí, este setor declina de 51,62% para 50,34%; no Ceará, de 38,65% para 32,12%; o Rio Grande do Norte apresenta uma queda de 29,27% para 25,51% e a Paraíba, de 41,11% para 31,40%. Sergipe mostra queda de 36,77% para 25,08% e a Bahia, de 44,00% para 40,37%. Em Pernambuco, o setor aumenta de 32,80% para 34,10% e em Alagoas, o setor Agrícola cresce de 40,00% para 41,21%.

A Indústria apresentou o seguinte comportamento no período analisado: um acréscimo para Maranhão (de 6,60% para 7,00%), Ceará (de 14,11% para 15,30%), Paraíba (de 8,90% para 10,71%). Para os demais Estados, este setor apresenta um declínio, sendo que para o Piauí, ele decresce de 8,74% para 6,81%; para o Rio Grande do Norte, de 13,86% para 10,50%;

para Pernambuco, de 12,63% para 8,00%; para Alagoas, de 10,16% para 6,30%; para Sergipe, de 11,71% para 10,70% e a Bahia apresenta uma pequena queda 7,94% para 7,60%.

4.2 Análise do comportamento da mão-de-obra – 1995 e 2003

Na Tabela 13 são apresentados os resultados do cálculo do indicador de localização referente aos vários setores de atividade. A análise do valor do quociente locacional permite visualizar que estados constituem, ou não, pólos de concentração relativa de cada setor de atividade.

TABELA 13 – Quociente locacional por setor e por estado analisado – 1995 e 2003.

Estados	Setores Avaliados													
	Agricultura		Indústria		Construção		Comércio e reparação		Administração pública		Serviços domésticos		Outras atividades	
	1995	2003	1995	2003	1995	2003	1995	2003	1995	2003	1995	2003	1995	2003
Maranhão	1,38	1,18	0,64	0,75	0,40	1,26	0,80	0,99	0,77	0,85	0,54	0,90	0,75	0,74
Piauí	1,21	1,35	0,85	0,74	0,88	0,65	0,74	0,77	1,08	0,99	0,70	0,90	0,69	0,66
Ceará	0,90	0,86	1,38	1,66	0,89	0,97	1,02	1,02	0,95	0,82	0,96	1,09	1,02	1,01
Rio G.do Norte	0,68	0,68	1,35	1,14	0,92	1,21	1,23	1,20	1,29	1,30	1,36	1,13	1,11	1,10
Paraíba	0,96	0,84	0,87	1,16	0,68	1,07	1,00	1,01	1,39	1,32	0,86	1,16	0,94	0,90
Pernambuco	0,76	0,91	1,23	0,86	0,89	0,83	1,29	1,11	0,93	1,02	1,29	0,97	1,23	1,22
Alagoas	0,93	1,10	0,99	0,68	0,64	0,74	1,05	0,99	1,35	1,17	0,65	1,02	1,02	0,85
Sergipe	0,86	0,67	1,14	1,16	0,71	0,99	1,03	1,16	1,24	1,41	1,18	0,92	1,09	1,23
Bahia	1,03	1,08	0,77	0,82	1,54	1,06	0,88	0,90	0,85	0,92	1,10	0,96	0,98	1,05

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Inicialmente, observa-se que o setor Agrícola demonstra uma importância, no contexto do Nordeste, para os estados do Maranhão, Piauí, Alagoas (cuja importância cresce inter-períodos) e Bahia (que apresenta fenômeno semelhante a Alagoas); desse modo, esses estados apresentaram uma maior especialização nesse setor do que os outros estados da Região. Para Ceará, Paraíba e Sergipe, sua relativa especialidade diminuiu, permanecendo inalterada para Rio Grande do Norte e aumentando para Pernambuco, mas ainda não apresentando uma relativa especialização, para este estado, no contexto da região Nordeste. O setor Agrícola, embora ainda concentre boa parte da mão-de-obra ocupada, parece demonstrar perda da sua especialidade relativamente a outros setores da atividade econômica.

A Indústria mostra-se relativamente especializado para Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe e Bahia, ocorrendo um aumento de especialização neste último Estado. Ali, os seguintes fatores podem ter contribuído para isso: o incremento do volume de investimentos nos últimos anos; a reestruturação do Pólo Petroquímico de Camaçari; a inauguração do complexo automotivo da Ford; os investimentos da Aracruz e a instalação da Monsanto. Deve-se mencionar que, de 1992 a 2000, a indústria cresceu 24%. Outro fato que deve ter contribuído para o aumento da especialização do setor industrial baiano foi o surgimento de novos segmentos industriais, tais como papel e celulose, calçados, informática, transformação plástica e veículos. (CORREIO DA BAHIA, 27/05/2002). Além disso, o setor petroquímico é o setor industrial mais importante para a Bahia: representa 52% de toda produção industrial do Estado e é responsável pela geração de 25 mil empregos diretos. Da pauta de exportação do Estado da Bahia, 35% vêm do segmento químico e petroquímico. (FEIPPETRO, 2006).

O Ceará apresentou um aumento médio positivo no número de empregados para o setor (25,7%). Este resultado pode ser creditado ao excepcional desempenho do emprego da sua Indústria de Calçados, a qual alcançou um aumento absoluto de pessoal de (1.546,87%) no período 1989-1998, passando de 1.229 empregados em 1989 para 21.240 em 1998. Conforme Apolinário (2000), um outro argumento para o desempenho do emprego nesse estado refere-se ao comportamento da sua Indústria Têxtil. Esta concentra o maior número de empregados e apresentou uma queda absoluta de pessoal no período (1989-1998) de cerca de (-2,96%), do que pode-se inferir este sub-setor da Indústria manteve-se relativamente estável no Estado. Todos esses fatos podem ter contribuído para o aumento do Quociente Locacional do Ceará, o que indica um aumento de sua especialização na Indústria.

Ainda com relação à Indústria, esta apresentou uma diminuição do pessoal ocupado para os Estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas, enquanto que Maranhão, Ceará, Paraíba e Sergipe apresentaram um aumento e a Bahia permanece praticamente inalterada com relação à mão-de-obra ocupada no seu setor industrial.

O setor da Construção apresentou uma especialização relativa para os Estados do Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba e Bahia (que continua especializada nesse setor, apesar de apresentar um declínio de seu QL, de 1,54 em 95 para 1,06 em 2003). O declínio aconteceu no Piauí e Pernambuco e um aumento se verifica em Ceará, Alagoas e Sergipe; nestes três últimos

estados, o aumento relativo da especialização na Construção parece indicar que os mesmos estão encaminhando-se para um dinamismo e importância maiores na Região.

Prochnik (1987 e 1989) considera este setor como sendo o de maior valor agregado e retendo, também, as relações de compra e venda quantitativamente mais significantes com os demais setores. Além disso, o recurso a insumos químicos também diminui o valor agregado na construção civil, por serem aqueles de instalação mais fácil ou mais intensiva em capital do que os insumos de outras cadeias, como madeira, etc.

Levando-se em consideração esta e outras características, como a crescente participação de vendas de produtos da cadeia eletrônica, a cadeia da construção civil, apesar das suas dimensões quantitativas, é caracterizada como uma cadeia relativamente pouco dinâmica, consumidora de inovações. (PROCHNIK; HAGUENAUER, 2000).

O setor do Comércio e reparação mostrou-se relativamente especializado para Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Sergipe, em nível de Nordeste; e Maranhão, Piauí e Bahia apresentaram um aumento relativo de sua especialização. O Ceará também tem nesse setor uma relativa especialidade no contexto do Nordeste e, na comparação inter-períodos, mostra o quociente locacional inalterado. O único estado a apresentar uma redução do nível de sua especialização foi Alagoas (de 1,05 em 95 para 0,99 em 2003).

A Administração pública, educação e saúde apresentou-se também relativamente especializado no Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe e Maranhão e Bahia aumentaram seu nível de especialização. Piauí e Ceará apresentam declínio nesse setor entre 95 e 2003. Este fato reflete a importância que o setor público representa para a Região, sendo um dos maiores empregadores.

O setor de Serviços domésticos mostrou-se especializado para Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas e ocorre uma queda da especialização para Sergipe, Pernambuco e Bahia. Maranhão e Piauí também apresentaram um aumento de especialização nesse setor. Esse aumento da especialização pode estar refletindo uma migração da mão-de-obra de outros setores para este, em particular da agricultura.

Por fim, Outras atividades apresenta um aumento da especialização para Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe e Bahia, o que mostra um certo dinamismo desse setor

nos referidos Estados. Por outro lado, Maranhão, Piauí, Paraíba e Alagoas mostraram uma queda no seu QL inter-períodos; tal fato parece indicar que, no período de 95 a 2003, esse setor perdeu dinamismo nesses Estados, o que o tornou pouco representativo para os mesmos em nível de Nordeste.

A Tabela 14 apresenta os coeficientes de especialização. Pretende-se comparar o perfil de especialização de cada estado com o da economia regional e identificar os pólos de especialização relativa a cada estado.

TABELA 14– Coeficiente de especialização por estado – 1995 e 2003.

Estados	Índice	
	1995	2003
Maranhão	0,16	0,08
Piauí	0,10	0,13
Ceará	0,04	0,07
Rio Grande do Norte	0,13	0,11
Paraíba	0,05	0,07
Pernambuco	0,11	0,05
Alagoas	0,05	0,06
Sergipe	0,07	0,12
Bahia	0,05	0,04

Fonte: Resultado da Pesquisa.

A partir dos valores do coeficiente de especialização para 95, pode-se inferir que os estados do Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte e Pernambuco são aqueles que mais apresentaram uma estrutura produtiva relativamente especializada face ao conjunto da economia regional. Para o Maranhão, o pólo principal foi a especialização relativa ao setor Agrícola, como apontado pelo quociente de localização visto na Tabela 13.

Relativamente ao período de 2003, Piauí, Sergipe e Rio Grande do Norte apresentam estrutura produtiva mais próxima da regional. Também isto pode ser observado pelo quociente locacional, que aponta para a especialização relativa ao setor Agrícola para o Piauí e para a

Indústria; Comércio e reparação; Administração pública e Outras atividades, no caso de Sergipe; e para Indústria; Construção; Comércio e reparação; Administração pública; Serviços domésticos e Outras atividades para o Rio Grande do Norte.

A Tabela 15 mostra o Coeficiente de Reestruturação, cujo objetivo é o de verificar o grau de mudança na especialização dos estados que compõem a região Nordeste. Nota-se que o estado do Maranhão apresentou o maior índice, seguido de Sergipe e Paraíba, o que parece indicar que esses Estados apresentaram uma reestruturação quanto ao seu grau de especialização. Ao se analisar os demais estados, percebe-se que suas composições setoriais, no período analisado (1995 e 2003), apresentaram algum tipo de reestruturação com relação ao seu grau de especialização, pois, embora apresentem valores bem próximos de zero, pode-se inferir que ocorreu alguma mudança estrutural nesses estados, sobretudo se se levar em consideração que a mudança ocorreu em um curto período de análise.

TABELA 15– Coeficiente de reestruturação por estado – 1995 e 2003.

Estados	Índice
Maranhão	0,1562
Piauí	0,0610
Ceará	0,0816
Rio Grande do Norte	0,0788
Paraíba	0,1106
Pernambuco	0,0627
Alagoas	0,0781
Sergipe	0,1270
Bahia	0,0745

Fonte: Resultado da Pesquisa.

4.3 Análise das fontes de crescimento da mão-de-obra ocupada

A Tabela 16 apresenta, para os estados do Nordeste, a variação teórica e o efeito total por estados, em cada um dos setores analisados. Vê-se também que a variação total pessoal ocupado nos estados. Ela mostra-se negativa para o setor Agrícola no Maranhão, Ceará, Rio

Grande do Norte, Paraíba, Sergipe e Bahia, tendência que já havia sido detectada pelo quociente locacional desses estados, nesse setor, para o período 95-2003. Desse modo, pode-se supor que os Estados acima apresentaram uma queda da importância relativa do setor agrícola no conjunto dos setores econômicos analisados. Para Piauí, Pernambuco e Alagoas o efeito total é positivo, demonstrando um aumento da absorção da mão-de-obra nesses estados pelo setor Agrícola.

Com relação aos outros setores estudados, o efeito total, que corresponde a diferença entre o crescimento efetivo e o crescimento teórico, foi positivo para os seguintes setores: Indústria; Construção; Comércio e reparação; Administração pública, educação e saúde e Serviços domésticos no Maranhão. Construção; Comércio e reparação; Administração pública, educação e saúde; Serviços domésticos e Outras atividades para o Piauí. Indústria; Construção; Comércio e reparação; Administração pública, educação e saúde; Serviços domésticos e Outras atividades para o Ceará. Construção; Comércio e reparação; Administração pública, educação e saúde e Serviços domésticos para o Rio Grande do Norte. Indústria; Construção; Comércio e reparação e Serviços domésticos para a Paraíba. Comércio e reparação; Administração pública, educação e saúde e Serviços domésticos para Pernambuco. Construção; Comércio e reparação e Serviços domésticos para Alagoas. Indústria; Construção; Comércio e reparação; Administração pública, educação e saúde; Serviços domésticos e Outras atividades para Sergipe e, finalmente, o efeito total foi positivo para Comércio e reparação; Administração pública, educação e saúde e Serviços domésticos para a Bahia. Tal fato indica que, nesses setores, o comportamento do pessoal ocupado mostra-se mais dinâmico no período, uma vez que o crescimento dos mesmos se deu a taxas maiores do que a taxa de crescimento do pessoal ocupado em nível de Nordeste.

Esse efeito total negativo para a maioria dos estados nordestinos parece indicar uma perda da importância relativa do setor Agrícola, o que talvez explique-se pela substituição gradativa da agricultura tradicional por uma dita mais moderna, voltada, sobretudo, para a exportação. Esta última é intensiva em capital, utilizando-se de um maquinário moderno, o que substitui a mão-de-obra e isto pode estar afetando negativamente o efeito total desse setor, como visto na Tabela 16.

TABELA 16 – Variação Teórica e Variação Líquida Total por setor e por estado – 1995-2003.

Estado	Setores analisados													
	Agrícola		Indústria		Construção		Comércio e reparação		Administração pública		Serviços domésticos		Outras atividades	
	Teórica	Total	Teórica	Total	Teórica	Total	Teórica	Total	Teórica	Total	Teórica	Total	Teórica	Total
Maranhão	140.022	-447.178	15.609	4.594	5.536	109.228	24.452	143.641	21.147	36.214	4.306	95.097	25.759	-23.331
Piauí	64.091	17.366	10.856	-22.801	6.394	99.354	11.846	52.030	15.664	3.994	2.924	47.947	12.392	-5.065
Ceará	111.786	-154.857	40.811	69.381	14.968	4.869	37.738	152.680	32.166	-9.029	9.330	124.847	42.424	6.574
Rio G. do Norte	30.777	-52.670	14.573	-43.783	5.657	8.981	16.634	38.403	15.819	8.839	4.794	25.559	16.874	-13.281
Paraíba	58.255	-198.289	12.609	15.990	6.357	10.042	18.289	36.757	22.877	-16.538	4.117	58.587	19.175	-33.448
Pernambuco	98.369	53.939	37.897	-159.086	15.537	-28.743	49.613	58.261	32.483	68.406	13.028	53.915	53.081	-21.605
Alagoas	39.989	11.208	10.160	-44.830	3.769	523	13.493	28.232	15.677	-13.119	2.185	45.578	14.695	-34.161
Sergipe	24.363	-65.892	7.762	2.096	2.757	12.024	8.750	61.258	9.589	39.521	2.637	17.316	10.398	26.295
Bahia	242.592	-354.208	43.801	-44.854	49.464	-238.908	62.177	173.206	54.715	60.841	20.368	118.863	78.339	-23.257

Fonte: Resultado da pesquisa.

O setor Outras atividades também tem apresentado uma diminuição do pessoal ocupado nos Estados da Região, com exceção do Ceará.

A Tabela 17 a seguir mostra a Variação Líquida Diferencial (VLD), ou efeito regional, para os estados do Nordeste por setor. Através deste efeito, podem-se identificar as atividades com comportamento dinâmico em cada estado.

O setor Agrícola apresenta uma VLD positiva para Piauí, Ceará, Pernambuco, Alagoas e Bahia. Pernambuco apresentou a maior VLD, com 19.484 postos criados, indicando que, naquele estado, o setor Agrícola cresceu a uma taxa maior do que a média do Nordeste. O estado que apresentou a menor VLD, embora positiva, foi a Bahia, com 2.259 postos criados no seu setor Agrícola.

O estados do Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba e Sergipe mostraram uma VLD negativa; assim, o setor Agrícola, nesses estados, apresentaram-se menos dinâmicos do que a média da economia nordestina para esse setor.

Portanto, em princípio, os estados do Piauí, Ceará, Pernambuco, Alagoas e Bahia apresentam boas condições para o desenvolvimento do setor agrícola, que pode ser considerado um setor dinamizador nesses estados. Assim, pode-se verificar que os estados nordestinos, com a exceção da Bahia, apresentaram uma certa dinamização para o setor agrícola no período analisado, merecendo uma maior atenção para a aplicação de políticas públicas.

TABELA 17 - Variação Líquida Diferencial (VLD), por setor e por estado- 1995 e 2003.

Estados	Setores analisados						
	Agrícola	Indústria	Construção	Comércio e reparação	Administração pública	Serviços domésticos	Outras atividades
Maranhão	-241.428	22.554	116.485	68.727	19.006	55.362	-11.894
Piauí	111.542	-10.312	107.735	15.736	-8.751	20.961	437
Ceará	9.402	116.335	24.489	37061	-35.203	38.751	25.412
Rio G. do Norte	-7.446	-27.016	16.396	-12.560	-4.033	-18.678	-5.789
Paraíba	-112.689	30.497	18.375	-19.276	-35.153	20.601	-24.934
Pernambuco	198.484	-115.484	-8.377	-93.741	41.974	16.835	1.964
Alagoas	69.968	-33.140	5.463	-13.107	-25.876	25.412	-27.636
Sergipe	-30.093	11.026	15.638	34.449	31.718	-7.019	30.913
Bahia	2.259	5.540	-174.070	-17.290	16.319	-69.084	11.527

Fonte: Resultado da pesquisa.

O fato de a VLD ter-se mostrado negativa para os demais estados (MA, RN, PB e SE) pode refletir o que ocorreu com a produção em nível regional, ou seja, segundo Lima (2005) o PIB do setor agropecuário (que inclui o setor Agropecuário, Silvicultura e Pesca) mostrou um crescimento negativo de cerca de -1,6% no período que vai de 1990 a 1999 (LIMA, 2005). Portanto, embora a VLD tenha apresentado valores expressivos, o efeito total mostra-se menor, visto que foi compensado por uma variação líquida estrutural negativa (como se verá a seguir).

A Variação Líquida Diferencial (ou efeito regional) dos demais setores analisados, mostra-se assim distribuída: positiva para Indústria; Construção; Comércio e reparação; Administração pública e Serviços domésticos e negativa para os setores Agrícola e Outras atividades no Estado do Maranhão. Positiva para os setores Agrícola; Construção; Comércio e reparação; Serviços domésticos e Outras atividades e negativa para Indústria e Administração pública no Piauí. Positiva para os setores Agrícola; Indústria; Construção; Comércio e reparação; Serviços domésticos e Outras atividades e negativa para Administração pública no Ceará. Positiva para a Construção somente e negativa para todos os demais setores no Rio Grande do Norte (Agrícola; Indústria; Comércio e reparação; Administração pública, educação e saúde; Serviços domésticos e Outras atividades). Na Paraíba, Indústria; Construção e Serviços domésticos mostraram uma VLD positiva e os setores Agrícola; Comércio e reparação;

Administração pública, educação e saúde e Outras atividades apresentaram uma VLD negativa. Pernambuco apresentou valores positivos para os setores Agrícola; Administração pública e Outras atividades e negativos para a Indústria; Construção; Comércio e reparação e Serviços domésticos. Os setores Agrícola; Construção e Serviços domésticos foram positivos e a Indústria; Comércio e reparação; Administração pública e Outras atividades foram negativos em Alagoas. Sergipe mostrou VLD negativa para os setores Agrícola e Serviços domésticos e positiva para todos os demais setores e, finalmente, a Bahia apresentou valores positivos de VLD para os setores Agrícola; Indústria; Administração pública e Outras atividades e negativos para os setores Construção; Comércio e reparação e Serviços domésticos.

O efeito regional negativo indicaria que aquele setor em particular apresenta crescimento em menor proporção do que na Região como um todo, enquanto o efeito regional positivo indica os setores de atividade econômica cuja taxa de crescimento do emprego foi maior no respectivo estado do que na média do Nordeste.

A Tabela 18 apresenta a decomposição da Variação Líquida Estrutural por setores para os estados do Nordeste entre os períodos de 1995 e 2003. Inicialmente, observa-se que o setor Agrícola mostra valores negativos para Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, ou seja, o conjunto dos estados do Nordeste. Da mesma forma, Indústria, Construção e Outras atividades apresentaram valores negativos. Isso significa que esses setores, nesses estados, é de crescimento lento.

TABELA 18 – Variação Líquida Estrutural (VLP), por setor e por estado – 1995 e 2003.

Estado	Setores analisados						
	Agrícola	Indústria	Construção	Comércio e reparação	Administração pública	Serviços domésticos	Outras atividades
Maranhão	-205.750	-17.959	-7.257	74.914	17.208	39.735	-11.437
Piauí	-94.176	-12.490	-8.381	36.294	12.746	26.986	-5.502
Ceará	-164.260	-46.954	-19.620	115.619	26.174	86.096	-18.837
Rio G. do Norte	-45.224	-16.766	-7.415	50.963	12.872	44.237	-7.492
Paraíba	-85.600	-14.507	-8.333	56.033	18.615	37.986	-8.514
Pernambuco	-144.545	-43.602	-20.366	152.003	26.432	120.220	-23.569
Alagoas	-58.760	-11.690	-4.941	41.339	12.757	20.166	-6.525
Sergipe	-35.799	-8.930	-3.614	26.809	7.803	24.335	-4.617
Bahia	-356.467	-50.394	-64.838	190.495	44.522	187.947	-34.784

Fonte: Resultado da pesquisa.

De acordo com LODDER (1974), a VLP salienta, em escala regional, as diferenças de composição setorial no sentido de que estados especializados nos setores de crescimento mais lento, em termos regionais (como, por exemplo, o agrícola) acusaram mudanças negativas no valor do efeito, enquanto que aqueles estados especializados em setores de crescimento mais dinâmico apresentaram efeitos positivos. Desse modo, pode-se afirmar que o setor agrícola, para o conjunto dos estados da região, caracteriza-se por ser ainda de crescimento lento, embora tenha ocorrido nos últimos anos investimentos nesse setor, especialmente no que se refere à agricultura voltada para a exportação.

Nos setores de Comércio e reparação; Administração pública e Serviços domésticos, todos os estados da região mostraram valores positivos, sendo que a Bahia apresentou os maiores valores para todos estes setores. Portanto, pode-se, pois, inferir que esses setores de atividade econômica dos estados da região apresentaram um crescimento mais dinâmico do que aquele mostrado pelo setor Agrícola.

Nos Serviços domésticos, os maiores montantes adicionais positivos de postos de trabalho gerados, no período 1995–2003, foram Bahia, Pernambuco e Ceará, respectivamente, com 187.947, 120.220 e 86.096.

Segundo Lima (2005), a economia da região nordestina, no período que vai de 1960 a 1999, alterou-se estruturalmente, ocorrendo um aumento do peso relativo da indústria, de 22,1% no início do período mencionado, para 26,0% em 1999, em termos de PIB regional. Esse dinamismo é refletido por uma variação líquida estrutural (ou proporcional) positiva. O gráfico do anexo B mostra a participação da região Nordeste no PIB nacional para o período de 1985 a 1997.

Deve-se ressaltar, ainda, que a indústria apresenta um padrão mais regular de comportamento do que os demais setores no período 1960/1999, tendo os segmentos energia elétrica e abastecimento de água, em grupo ou individualmente, bem como a construção, liderado os índices de crescimento. A indústria extrativa mineral cresceu significativamente (6% ao ano) no período 1980/90, em boa parte em função das descobertas de petróleo e gás natural em estados como Sergipe, Alagoas e Rio Grande do Norte.

A indústria de transformação no seu conjunto foi dinâmica enquanto o País exibiu altas taxas de crescimento, experimentando crescimento médio negativo (-1,6% ao ano) nos anos 1980/90 e uma pequena recuperação (1,2% ao ano) no período 1990/99. No conjunto do setor industrial ao longo dos últimos trinta anos, então, os segmentos mais dinâmicos foram energia elétrica e construção, talvez por contarem em sua dinâmica com a ação, mesmo não exclusiva, de investimentos governamentais. No tocante à indústria de transformação, infelizmente os dados disponíveis não estão desagregados por ramos para que se possa observar a sua dinâmica com mais propriedade. No entanto, cabe aqui apenas uma observação. No período 1981-98 a indústria de transformação no Nordeste cresceu a 1,1% ao ano em média, taxa semelhante à observada para o conjunto da economia brasileira de 1,2% ao ano. (LIMA, 2005). Destaque-se, aqui, o crescimento de 2,1% ao ano observado no estado da Bahia, bastante superior, por exemplo, ao verificado em São Paulo (0,8%) no mesmo período (SUDENE, 1999).

No entanto, apesar de todos esses desenvolvimentos da indústria do Nordeste no período 1960/1999, esta apresentou uma VLP negativa para o período 1995/2003, o que aponta

para uma perda do dinamismo desse setor para o conjunto dos Estados da Região. Os montantes de empregos destruídos podem ser vistos na Tabela 18. Tal perda de dinamismo da indústria nordestina pode estar ligada à própria crise pela qual passa o setor em nível de Brasil, a qual tende a ser revertida com o crescimento econômico do pa

Com relação ao setor terciário, Lima (2005) observa que o mesmo mostrou uma maior flutuação ou alternância de segmentos líderes do crescimento. No período 1970/80 sobressaíram-se os ramos comércio (inclusive restaurantes e hospedagem), transporte aéreo, atividades financeiras e bens imóveis. Nos anos 1980/90 os segmentos que cresceram com maior vigor foram transportes, armazenagem e comunicações, particularmente comunicações e transporte aéreo e ainda bens imóveis. Nos anos 1990/99 mantém-se esse perfil de crescimento setorial, com destaque especialmente no segmento comunicações. Ao longo das três últimas décadas, portanto, as comunicações suplantam o comércio (incluindo restaurantes e hospedagem) como atividade terciária mais dinâmica na região.

5 CONCLUSÕES

De acordo com os resultados apresentados e discutidos anteriormente, podem-se concluir os seguintes fatos:

Em primeiro lugar, o setor Agrícola mostrou-se não dinâmico para o conjunto dos estados nordestinos, embora este setor apresente vantagens locacionais no Piauí, Ceará, Pernambuco, Alagoas e Bahia em comparação com a Região, vantagens essas ligadas a forças de natureza locacional clássicas, como dinâmicas estaduais diferenciadas atribuídas a fatores locacionais como recursos naturais, custos diferenciados de transporte, estímulos fiscais, políticas públicas (estas últimas utilizadas amplamente na agricultura nordestina), etc.

A Indústria, à semelhança do setor Agrícola, apresenta-se de crescimento lento para os estados da Região, mas este setor mostra taxas de crescimento maior do que a Região para Maranhão, Ceará, Paraíba, Sergipe e Bahia, ou seja, nesses estados este setor é especializado. Tal fato pode estar ligado ao processo de desenvolvimento ocorrido nesses Estados ao longo dos últimos anos, em que houve um grande volume de investimentos nesses Estados.

A Construção mostrou-se especializada no Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe, enquanto que Pernambuco e Bahia não se mostraram especializados neste setor. No entanto, para os Estados do Nordeste, a Construção apresentou-se como um setor pouco dinâmico.

O Comércio e reparação é dinâmico em todos os Estados da Região, mas mostra-se especializado em Sergipe, Maranhão, Piauí e Ceará, apenas.

O método *shift-share* mostrou também que apenas os Estados do Maranhão, Pernambuco, Sergipe e Bahia são especializados no setor Administração pública, educação e saúde, mas este setor apresenta-se dinâmico para todos os Estados da Região. Da mesma forma, o setor Serviços domésticos é dinâmico para o conjunto dos Estados do Nordeste, mostrando-se

especializado no Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Finalmente, o setor Outras atividades não se apresentou dinâmico para os nove Estados da Região, sendo especializado no Piauí, Ceará, Pernambuco, Sergipe e Alagoas.

Os pólos dinâmicos da economia nordestina que aqui foram discutidos constituem-se em concentrações de avanços e de transformações concretas sobre a estrutura produtiva, mesmo que de forma limitada e enfrentando dificuldades de expansão nessa fase de crise da economia brasileira. Embora com características e potencialidades distintas, esses pólos já produziram efeitos importantes sobre o nível de emprego e renda e mesmo sobre a diversificação da economia de cada um dos seus subespaços.

Por isso, apesar dos problemas e dificuldades, relativamente conhecidos, a economia nordestina tem demonstrado nas últimas décadas ser possuidora de algum dinamismo endógeno. O fato de ter crescido à frente da economia brasileira ao longo do período 1960-99, mostra essa capacidade de crescimento, tanto em períodos de alto quanto de baixo crescimento do conjunto da economia nacional.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRONEGÓCIO garante superávit. **Agroanalysis**. Vol. 25. nº 1. Fundação Getúlio Vargas.

ALBUQUERQUE, C. W. de & CRUZ, B. de O. **Desigualdades regionais e elasticidade de longo prazo do emprego nos estados do Nordeste com relação ao emprego nacional**. IPEA, Brasília, fevereiro de 2000. 13 p. (Texto para discussão, 704).

APOLINÁRIO, V. **Emprego na indústria de transformação nordestina nos anos 90: foco sobre a indústria têxtil**. Disponível em: <<http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/abet/3reg/33.DOC>> Acesso em 04.05.2006.

ARAÚJO, T. P.; SOUZA, A. V. & LIMA, R. A. Nordeste: economia e mercado de trabalho. **Estudos Avançados** 11 (29), 1997.

AZEREDO, B. & RAMOS, C. A. Políticas públicas de emprego: experiências e desafios. **Planejamento e Políticas Públicas**. nº 12, jun/dez de 1995.

AZEVEDO, A. F. Z. de & PORTUGAL, M. S. **Abertura comercial brasileira e instabilidade da demanda de importações**. Disponível em: <www.ufrgs.br/ppge/pdf/msp/97-05-pdf>. Acesso em 10. jul. 2005.

BALSADI, O. V.; BORIN, M. R.; GRAZIANO DA SILVA, J. & BELIK, W. Transformações tecnológicas e a força de trabalho na agricultura brasileira no período 1990-2000. **Agricultura em São Paulo**, SP, 49 (1): 23-40, 2002.

BOYER, R. (org.). **The search for labour market flexibility: the european economies in transition**. — Oxford: Clarendon Press, 1988.

CAMARGO, F. S. de & GUILHOTO, J. J. M. Caracterização do pessoal ocupado na agropecuária ao longo da década de 1990. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E

SOCIOLOGIA RURAL, 43., Ribeirão Preto, SP, 2005. **Anais...** Brasília: SOBER, 2005. CD-ROM.

CHANEY, E. & CASTRO, M. G. (eds.). **Muchacha no more: household workers in Latin America and the Caribbean**. Filadelfia: Temple University Press, 1989. Edição em casteliano pela Editorial Nueva Sociedad em 1993.

COSTANZI, R. N. **Evolução do emprego formal no Brasil (1985-2003) e implicações para as políticas públicas de geração de emprego e renda**. Brasília: IPEA, 2004. 32 p. (Texto para discussão, 1039).

CURTIS, W. C. Shift-share analysis as a technique in rural development research. **American Journal of Agricultural Economics**, Itahaca, 54, (2), p. 267-270, May, 1972.

ENGLE, R. F. & GRANGER, C. W. J. Cointegration and error correction: representation, estimations and testing. **Econometrica**, 55, p. 251-266, 1987.

FEIPPETRO. **O Pólo Petroquímico de Camaçari**. Disponível em: <http://www.feippetro.com.br/feippetro/local.html>. Acesso em 31/03/2006.

FILGUEIRAS, L.; PINTO, E. C. & SILVA, F. S. da. **O mercado de trabalho e a instabilidade econômica brasileira**. Disponível em: http://www.nec.ufba.br/artigos/Artigos/Revista_Conjuntura_e_Planejamento/2002 Acesso em 23/08/2006.

GORINI, A. P. F. Panorama do setor têxtil no Brasil e no mundo: reestruturação e perspectivas. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 17-50, set. 2000.

HADDAD, J. H. Medidas de localização e especialização. In: HADDAD, J. H. (Org.). **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BNB/ETIENE, 1989a, P. 225-247. 694 p.

HADDAD, J. H. & ANDRADE, T. A. Método de análise diferencial-estrutural. In: HADDAD, J. H. (Org.). **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BNB/ETIENE, 1989, p. 256-268.

HAGUENAUER, L. & PROCHNIK, V. (orgs.) (2000) **Identificação de cadeias Produtivas e Oportunidades de Investimento no Nordeste do Brasil**. Banco do Nordeste, Fortaleza.

IBGE. Contas Nacionais. Rio de Janeiro, 1998.

IEMI. Panorama conjuntural. Maio 2000.

LIMA, J. P. R. **Traços Gerais do Desenvolvimento Recente do Nordeste**. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obed001d.html>. Acesso em 07/04/2006.

LIMA, P. Economia do Nordeste: tendências recentes das áreas dinâmicas. **Análise Econômica**, ano 12, março e setembro/94, pp. 55-73.

LODDER, C. A. Crescimento da ocupação regional e seus componentes. In: HADDAD, P. R. (Editor). **Planejamento regional: métodos e aplicações ao caso brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1974.

MARTINS, G. **Efeitos da abertura comercial sobre as principais culturas produzidas na região Nordeste do Brasil**. 2004. 95 p. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Centro de Ciências Agrárias, Departamento de Economia Agrícola, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

MELO, H. P. de. **O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras**. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. 34 P. (Texto para discussão, 565).

MENEZES, V. **O Comportamento Recente e os Condicionantes da Evolução da Economia Baiana.** Disponível em: http://www.seplan.ba.gov.br/livro6/Capitulo%201_ok.pdf. Acesso em: 24/07/2006.

MORAES, J. L. A. Capital social e políticas públicas para o desenvolvimento regional sustentável. **Revista do Centro de Ciências Administrativas, Fortaleza, v. 9, n. 2**, p. 196-204, dez. 2003.

NERI, M., CAMARGO, J. M. & REIS, M. C. **Mercado de trabalho nos anos 90: fatos estilizados e interpretações**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. 31 p. (Texto para discussão, 743).

O que é o desenvolvimento sustentável. Disponível em: http://www.unb.br/portal/temas/desenvolvimento_sust/o_que_e.php. Acesso em 02/10/2005.

OLIVEIRA, C. W. & CARNEIRO, F. G. **A dinâmica do emprego no Brasil: uma análise alternativa de co-integração.** IPEA: Brasília, dezembro de 1999. 20p. (Texto para discussão n. 692).

OLIVEIRA, C. W. e NETO, G. L. Emprego organizado e regiões nos anos 90: quem perdeu mais? **Estudos Econômicos**, v. 27. Número Especial, 1997.

OLIVEIRA, C. W. **Uma análise de longo prazo das flutuações do emprego nacional sobre o emprego nos estados brasileiros.** Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Ciências Humanas, Departamento de Economia, Universidade de Brasília, Brasília, 1999.

PESARAN, H. H.; SHIN, Y. & SMITH, R. J. **Testing for the existence of a long-run relationship.** DAE Working Paper n. 9622. Department of Applied Economics, University of Cambridge, 1996.

POTÊNCIA INDUSTRIAL. **Correio da Bahia.** Salvador, 27 maio 2002. Disponível em: <http://www.correiodabahia.com.br/2002/05/27/noticia.asp?link=not000054248.xml>. Acesso em 31/03/2006.

PROCHNIK, V. **O Macrocomplexo da Construção Civil.** Texto para Discussão nº 117, IE/UFRJ, 1987.

PROCHNIK, V. Cadenas y Etapas em el Complejo de la Construcción Civil. **El Trimestre Económico**, Vol. LVI (4), nº 224, out./dez. 1989, Ed. Fondo de Cultura Económica, México. 1989.

RAMOS, L. e BRITO, M. **O funcionamento do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período 1991-2002: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais.** Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_22i.pdf. Acesso em 23/08/2006.

RAMOS, L. e REIS, J. G. A. **Emprego no Brasil nos anos 90.** Rio de Janeiro: IPEA, 1997. 33 p. (Texto para discussão, 468).

RODRIGUES, M. T. & EVANGELISTA, F. R. **Balança comercial do *agribusiness* do Nordeste.** Disponível em:

http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/etene/artigos/docs/balanca_agro.pdf

SCHICKLER, S. A teoria da base econômica regional: aspectos conceituais e testes empíricos. In: HADDAD, P.R. **Planejamento regional: métodos e aplicações ao caso brasileiro.** Rio de Janeiro: IPE/INPE, 1972, p. 9-51. 244 p.

SILVA, César. R. L. da; **Uma tentativa de avaliação das possibilidades de geração de emprego da agricultura brasileira.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37., Foz do Iguaçu, PR, 1999. **Anais...** Brasília: SOBER, 1999. CD-ROM.

SIMÕES, R.F. **Métodos de análise regional e urbana: diagnóstico aplicado ao planejamento.** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2005. 31 p. (Texto para discussão n. 259).

SIMPLÍCIO, T.A. **Caracterização sócio-econômica do desenvolvimento do setor rural do Nordeste brasileiro.** 1985. 99 p. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Centro de Ciências Agrárias, Departamento de Economia Agrícola, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1985.

SOUZA, P. M. de; PONCIANO, N. J.; COSTA MATA, H. T. da; NASCIMENTO BRITO, M. do & SILVA LOURENÇO, B. da. **Evolução da mão-de-obra ocupada na agricultura dos municípios das regiões norte e noroeste do estado do Rio de Janeiro.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., Ribeirão Preto, SP, 2005. **Anais...** Brasília: SOBER, 2005. CD-ROM.

STADUTO, J. A. R.; SHIKIDA, P. F. A. & BACHA, C. J. C. Alteração na composição da mão-de-obra assalariada na agropecuária brasileira. **Agricultura em São Paulo, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 57-70, 2004.**

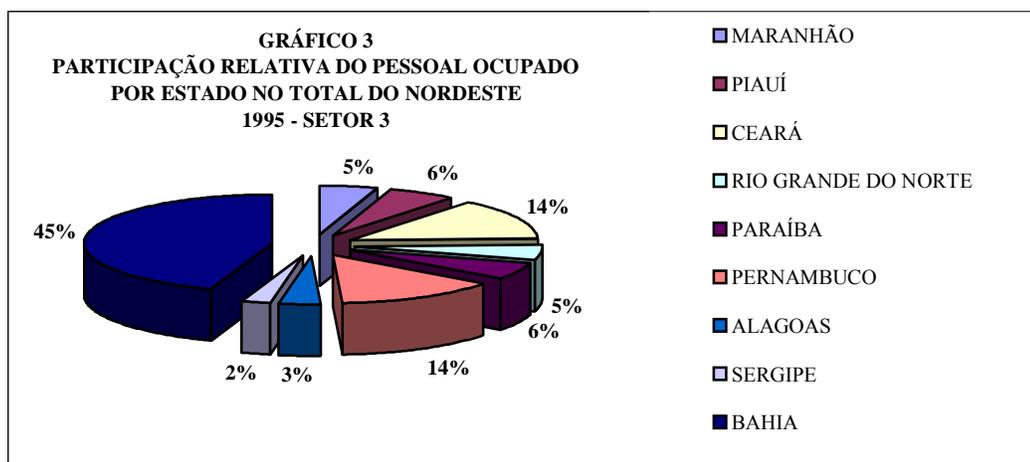
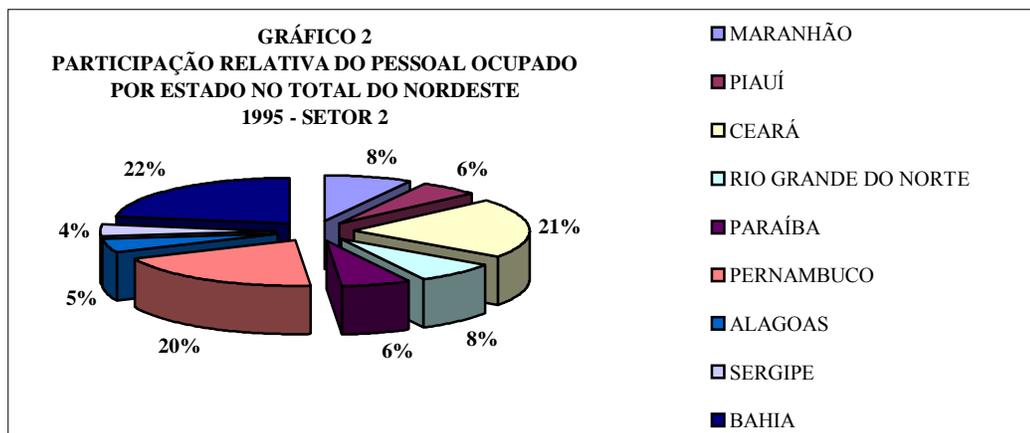
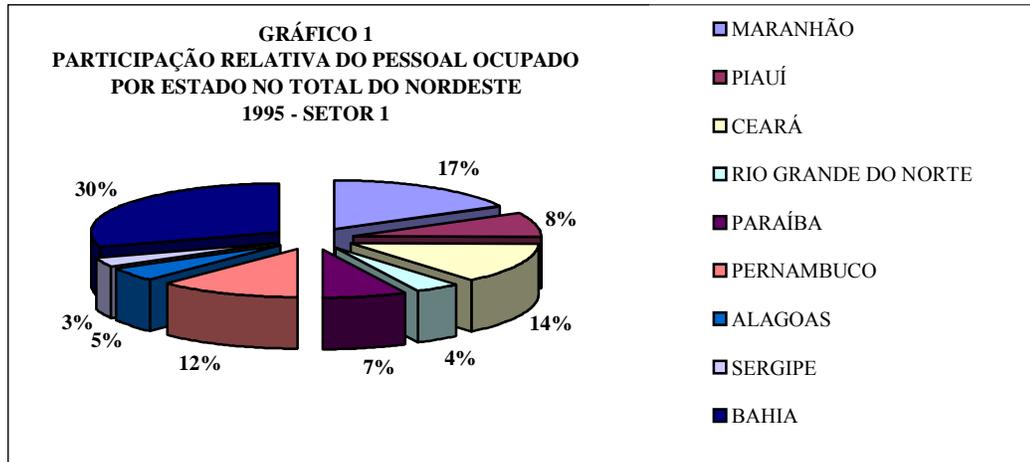
STAMM, C.; MENDES JÚNIOR, A. P. & SHIKIDA, P. F. A. **Emprego: uma análise regional nos municípios canavieiros do estado do Paraná – 1991 e 2000.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., Ribeirão Preto, SP, 2005. **Anais...** Brasília: SOBER, 2005. CD-ROM.

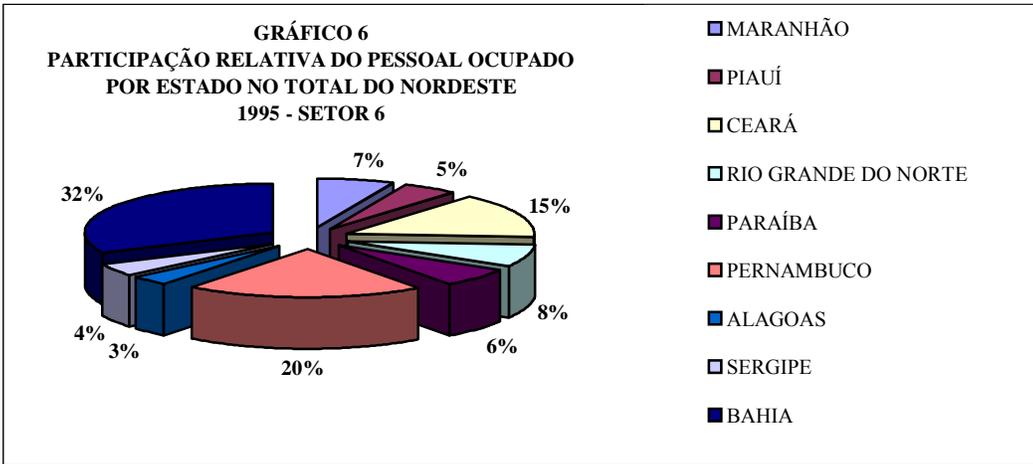
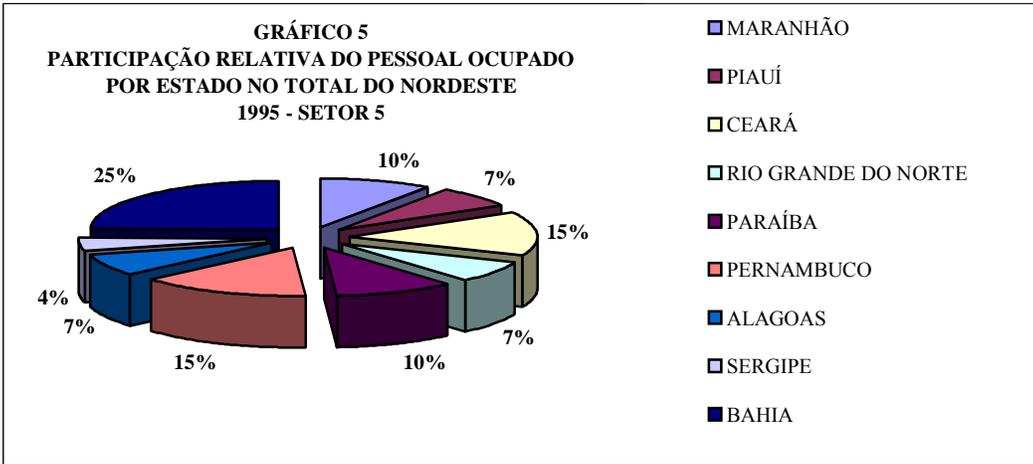
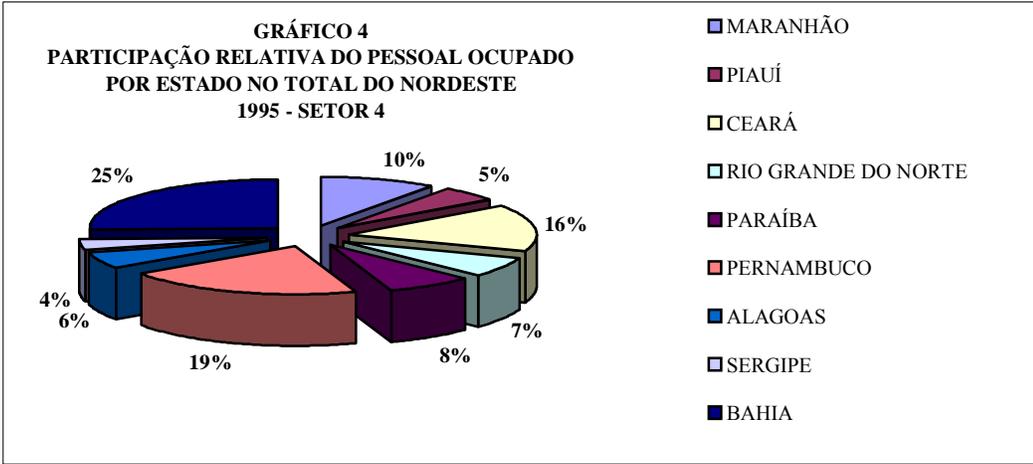
VILLELA, G. & DOCCA, G. **Renda cai desde 98, mas ganho no Real de 10%**. O Globo on line, Rio de Janeiro e Brasília, 21 de ago. 2002. Disponível em: <www.oglobo.com.br>. Acesso em: 20/08/2006.

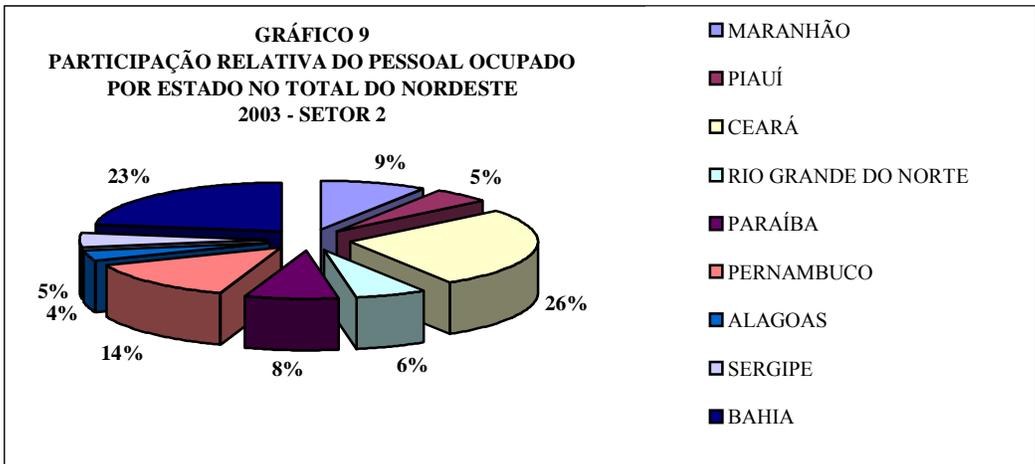
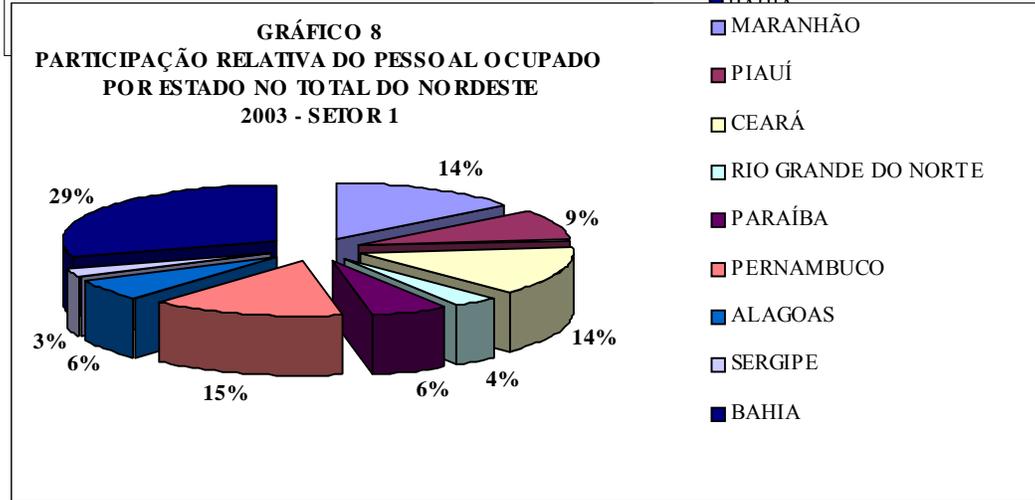
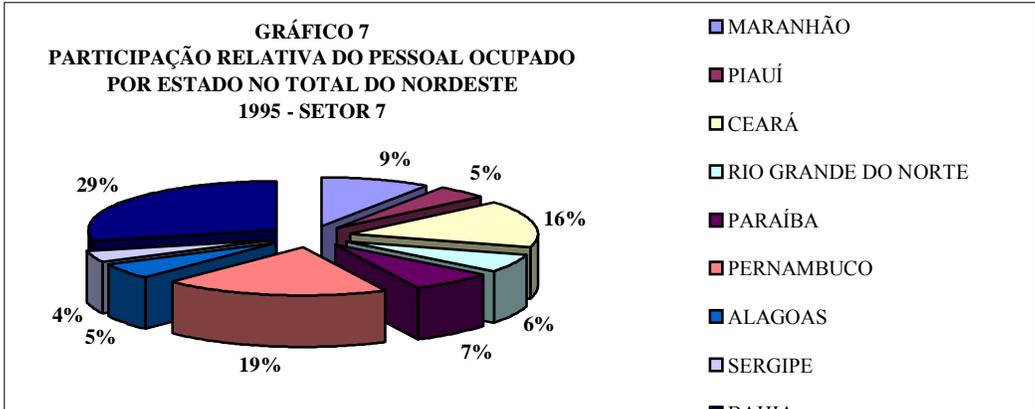
WANDERLEY, L. A. & SANCHES, C. A. Distritos industriais no Nordeste: uma proposta de metodologia de pesquisa. **Revista econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 28, n. 3**, p.279-292, jul/set. 1997.

ANEXOS

Anexo A – Gráficos







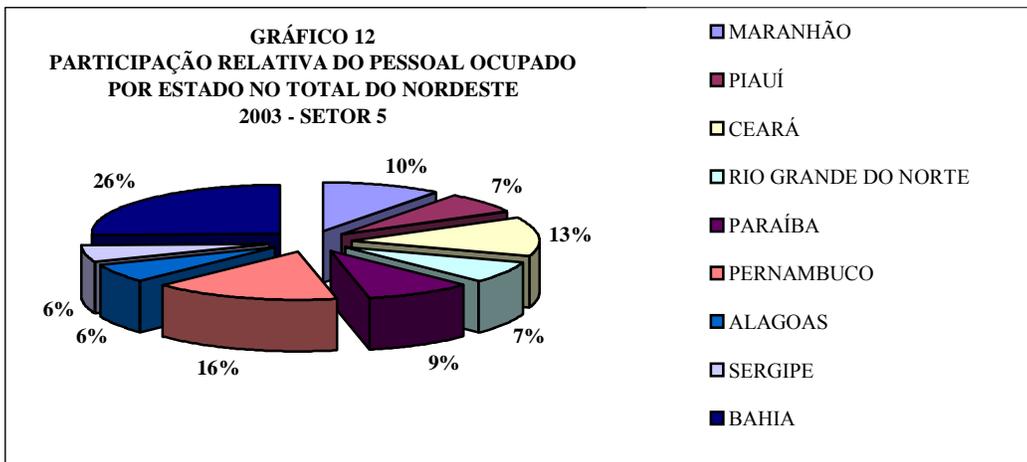
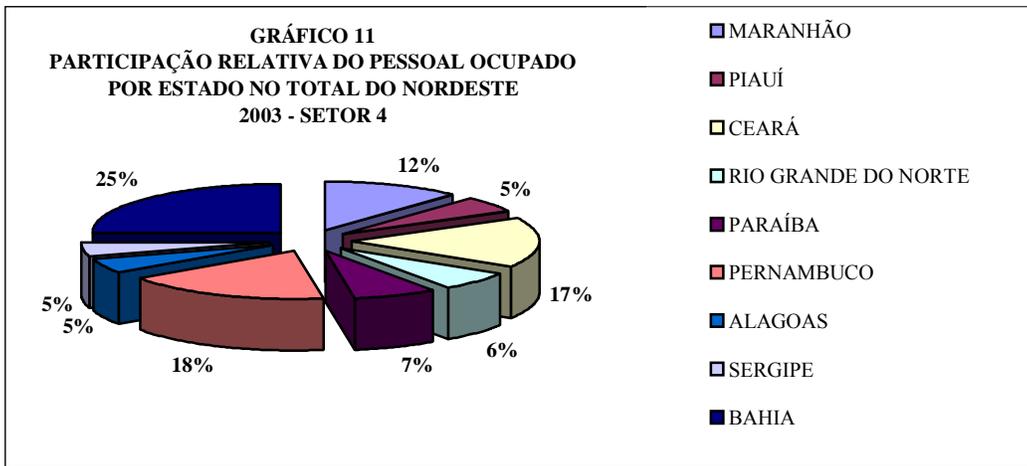
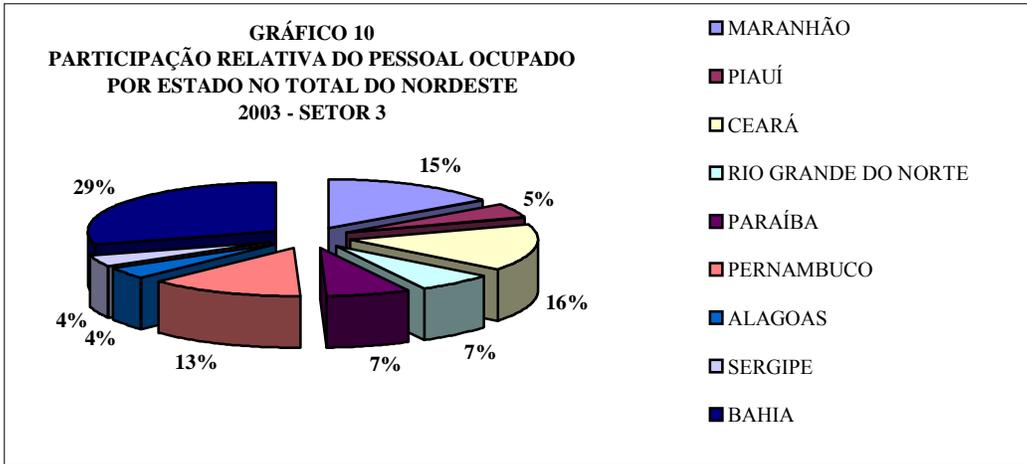


GRÁFICO 13
PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO PESSOAL OCUPADO
POR ESTADO NO TOTAL DO NORDESTE
2003 - SETOR 6

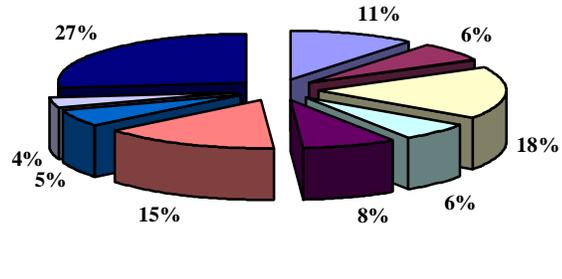
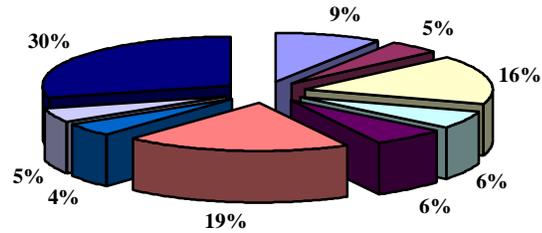
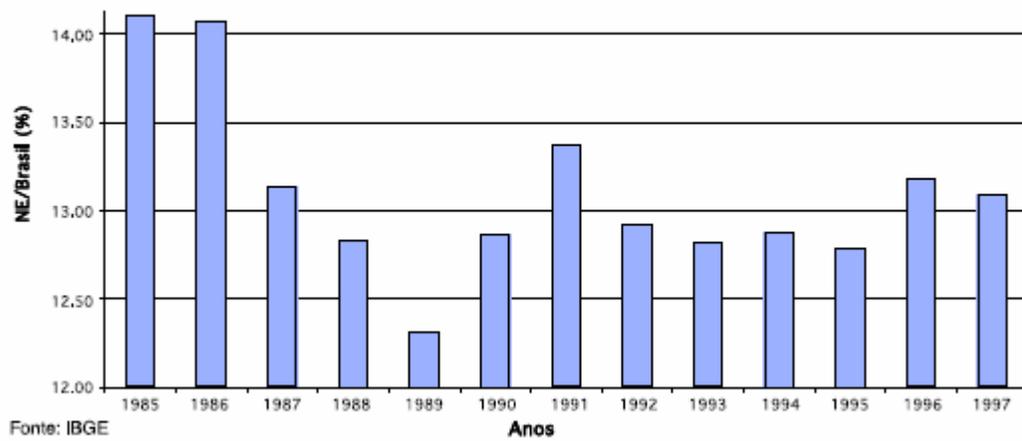


GRÁFICO 14
PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO PESSOAL OCUPADO
POR ESTADO NO TOTAL DO NORDESTE
2003 - SETOR 7



ANEXO B – Participação do Nordeste no PIB brasileiro.

GRÁFICO 1
Participação do Nordeste no PIB Brasileiro



ANEXO C – Recodificação utilizada no SPSS para compatibilização dos grupos de atividade das PNADs de 1995 e 2003 e variáveis utilizadas.

<p>RECODE</p> <p>V9907</p> <p>(545=1) (581=1) (11 thru 42=1)</p> <p>(53=2) (36=2) (532=2) (522=2) (300=2) (100 thru 190=2) (200 thru 290=2)</p> <p>(50 thru 59=3) (351 thru 353=3)</p> <p>(340=4)</p> <p>(410 thru 424=5) (521 thru 523=5) (525=5) (524=5)</p> <p>(511 thru 512=6)</p> <p>(583=7) (471 thru 477=7) (481 thru 482=7) (586 thru 588=7)</p> <p>(711 thru 717=8) (721 thru 727=8)</p> <p>(631 thru 632=9) (610 thru 611=9) (621 thru 624=9)</p> <p>(531 thru 533=10) (541 thru 542=10) (551 thru 552=10) (577 thru 578=10) (615 thru 619=10)</p> <p>(354=10) (613=10) (463 thru 464=10) (901=10)</p> <p>(544=11)</p> <p>(582=12) (589=12) (801=12) (612=12) (614=12) (543=12) (533=12) (589=12)</p> <p>(461 thru 462=12) (451 thru 453=12) (571 thru 576=12) (584 thru 585=12)</p> <p>(902 thru 903=13) INTO ativcnae .</p> <p>EXECUTE.</p>

VARIÁVEIS UTILIZADAS:

PNAD 1995

UF	Unidade da Federação.
V9907	Código de atividade principal do empreendimento no trabalho principal da semana de referência.
ATIVCNAE (Compatibilização)	Grupamentos de atividade principal do empreendimento do trabalho principal da semana de referência para pessoas de 10 anos ou mais de idade.

PNAD 2003

UF	Unidade da Federação.
V4809	Grupamentos de atividade principal do empreendimento do trabalho principal da semana de referência para pessoas de 10 anos ou mais de idade.

ANEXO D

	1995		1996		1997		1998		1999	
	Quantidade	%								
Tecelagem (t)										
Norte	32.626	4	32.855	4	18.556	2	20.689	3	34.900	4
Nordeste	147.200	17	149.463	17	166.409	21	172.810	21	195.377	23
Sudeste	598.634	68	579.940	67	487.705	62	512.650	62	490.766	58
Sul	99.943	11	100.287	12	111.291	14	111.256	14	114.489	14
Centro-Oeste	4.749	1	4.770	1	4.483	1	4.823	1	3.995	0
Total	883.152	100	867.315	100	788.444	100	822.228	100	839.527	100
Malharia (t)										
Norte	798	0	871	0	810	0	901	0	1.017	0
Nordeste	6.532	2	6.259	2	6.751	2	8.299	2	9.358	2
Sudeste	138.528	39	146.088	41	137.530	40	146.101	38	157.865	38
Sul	201.118	57	195.726	56	198.136	57	223.466	58	240.890	58
Centro-Oeste	3.784	1	3.481	1	3.473	1	4.328	1	4.848	1
Total	350.760	100	352.425	100	346.700	100	383.095	100	413.978	100
Fiação (t)										
Norte	32.325	3	35.617	3	37.146	3	45.413	4	30.580	2
Nordeste	358.720	30	352.680	30	365.759	32	440.188	35	484.164	36
Sudeste	580.235	48	574.021	48	520.408	46	524.149	42	582.996	43
Sul	218.786	18	215.862	18	199.829	18	221.617	18	254.620	19
Centro-Oeste	2.037	0	2.015	0	1.928	0	2.058	0	2.352	0
Não-Identificado ^a	18.267	2	14.960	1	14.163	1	12.212	1	573	0
Total	1.210.370	100	1.195.155	100	1.139.233	100	1.245.637	100	1.355.285	100
Confecções (Mil Peças)										
Norte	409.489	6	401.544	6	409.841	6	395.186	5	370.066	5
Nordeste	520.004	8	540.168	8	627.435	9	793.625	11	935.229	11
Sudeste	4.268.000	64	4.135.158	63	4.315.802	62	4.220.842	58	4.751.528	58
Sul	1.261.880	19	1.284.424	20	1.378.604	20	1.658.323	23	1.867.360	23
Centro-Oeste	163.534	2	162.725	2	179.441	3	240.932	3	270.341	3
Total	6.622.907	100	6.524.019	100	6.911.123	100	7.308.908	100	8.194.524	100

Fonte: IEMI, Anuário Estatístico 1995-1999.

^aProdução regional não informada, dados compilados na matriz da empresa.

ANEXO E – Participação regional na produção nacional de tecidos planos e de fio 1995 e 1999.

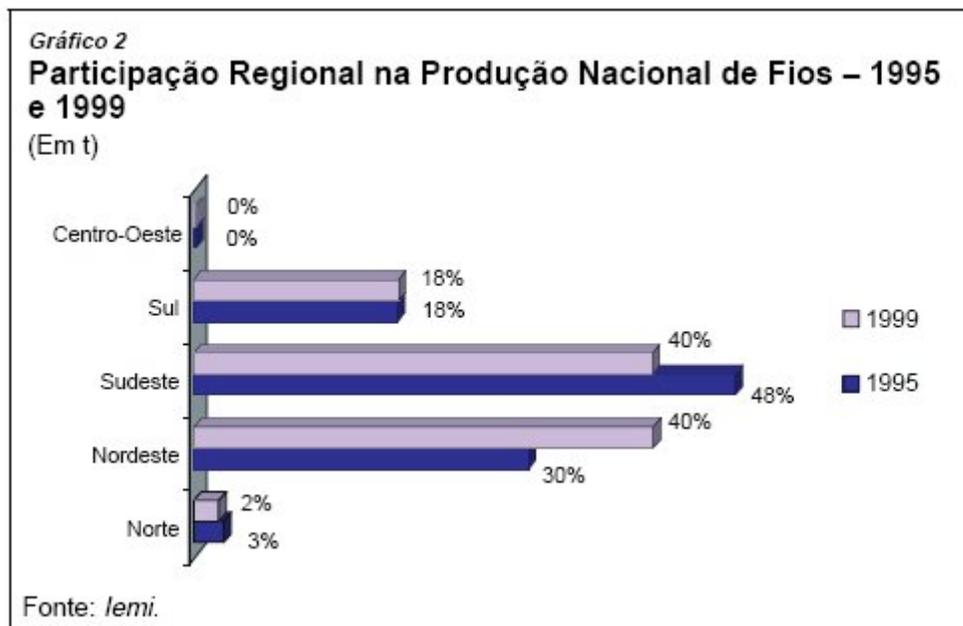
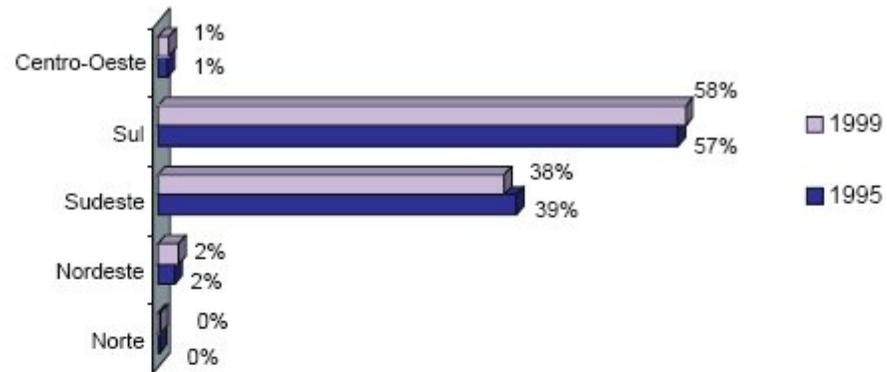


Gráfico 3

Participação Regional na Produção Nacional de Malhas – 1995 e 1999

(Em t)

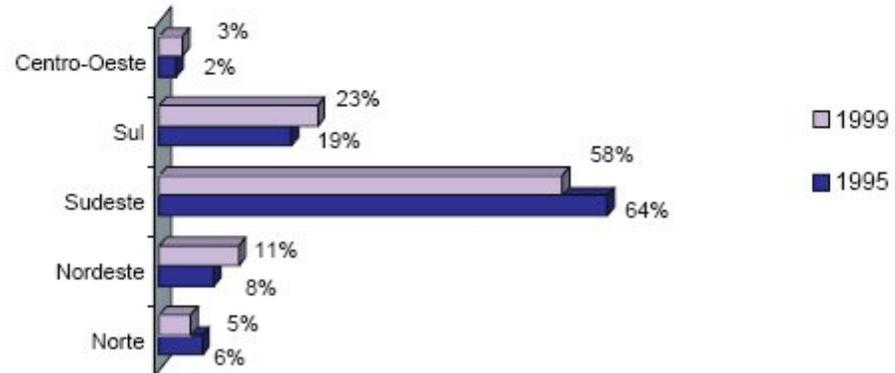


Fonte: IEMI.

Gráfico 4

Participação Regional na Produção Nacional de Confecções – 1995 e 1999

(Em t)



Fonte: IEMI.